

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

NCz\$ 0,40



ANO 64 — VI FASE — Nº 14 — DE 9 A 23 DE MARÇO DE 1989

Suplemento de 4 páginas sobre Congresso da CSC

A "Classe" cobriu todos os lances do histórico Congresso da Corrente Sindical Classista, realizado dias 24, 25 e 26 de fevereiro no Rio de Janeiro. No suplemento especial, além de entrevistas com dirigentes e ativistas sindicais, um relato completo do evento e opiniões de dirigentes comunistas.

Chauvinismo sérvio agrava crise iugoslava

Nos últimos dias, os chauvinistas sérvios, que pretendem dominar a Federação iugoslava com exclusividade, intensificaram a repressão aos habitantes da província de Kosovo em luta por seus direitos e pela autodeterminação. E fazem provocações contra a vizinha Albânia.

Página 16

Defesa da mata amazônica é luta de todo o povo

Em artigo especial para a "Classe Operária", o professor Eron Bezerra, da Universidade do Amazonas e ativista dos movimentos de defesa da Amazônia, analisa a devastação da floresta e denuncia os planos imperialistas de internacionalização da região.

Página 9.

GREVE GERAL

14 e 15 DE MARÇO



As massas trabalhadoras brasileiras têm, nos próximos dias 14 e 15, um grande desafio: responder com sua luta enérgica e unitária à política de fome, arrocho salarial e miséria que o governo reacionário de Sarney lhes impõe. Aderir em massa à greve geral, participar da mobilização nacional de forma consciente e organizada constitui, hoje, para a classe operária e demais trabalhadores tarefa da ordem do dia. A Corrente Sindical Classista (CSC) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) têm sido os esteios da preparação para essa grande jornada de luta, contrapondo-se às manobras do governo e à atitude desagregadora e imobilista dos pelegos. Leia editorial na página 9 e noticiário sobre a preparação da greve geral na página 10.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antônio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: Mazé Lopes Leite

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Jeosafá Gonçalves

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — CEP 01318 — S. Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Av. Thomás Espíndola, 314, CEP 57060, fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGGS — 704, Bloco G Casa 67, CEP 70302, fone (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone (027) 222-8162, Vitória; GOIAS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, fone (098) 221-5440, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800 fone (091) 223-8911, Belém; PARAIBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone (081) 222-3418, Recife; PIAUI — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, pastup, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Lâmia escreve a João Amazonas

A brasileira Lâmia Marof Hasan, condenada à prisão perpétua em Israel por lutar pela libertação do povo palestino, enviou em 7/2 esta carta a João Amazonas, presidente do PCdoB e diretor deste jornal:

Prezado companheiro João Amazonas,

Escrevo para agradecer seu cartão de 21/01/89. Escrever é a única maneira que encontro, neste lugar, para exprimir meu agradecimento. Isto por enquanto, pois logo estarei livre para agradecer toda solidariedade de forma mais afetuosa. Minhas esperanças são infinitas e minha fé na luta para um mundo mais humano é inesgotável. Toda experiência, boa ou má, estou segura, não irá em vão.

Completarei três anos de prisão em 13/03. Talvez complete mais anos, o importante é não estar só nesta jornada; sei que não estou, sei que não estou, sei que não estarei...

Até breve. Lâmia

Os leitores criticam e elogiam a "Classe"

Recolhi dos nossos leitores na Câmara Federal (em sua maioria deputados) algumas opiniões sobre a "Classe", que enumero a seguir para contribuir com o avanço da nossa imprensa.

1. Sobre a capa do jornal três críticas foram feitas. As manchetes foram consideradas pouco chamativas e claras (por exemplo: "O povo deu o recado" — não diz muita coisa, ou melhor, diz quase nada). As ilustrações de capa ainda têm mantido um estilo muito "pesado", sugere-se inovar um pouco mais, usar se possível alguma foto expressiva. A mesma crítica da manchete principal se repete nas chamadas secundárias, aquelas dos quadrinhos no pé da capa. Colocar realmente as matérias mais atrativas do ponto de vista jornalístico, com títulos mais claros e objetivos.

2. Sobre a diagramação interna, duas observações. Dinamizar mais algumas páginas com o uso de tipos diferentes de le-

tras (a página internacional é ideal para fazer isso). Além disso, usar fotos que expressem mais ação, abolir as fotografias tipo 3x4, só rosto, estáticas.

Além destas contribuições acho que precisávamos iniciar com urgência uma campanha de publicidade e de finanças, leve, bonita e nacional, que jogue nosso jornal pro alto.

Um grande abraço pra toda esta equipe combativa. (Lídice da Mata, deputado federal pelo PCdoB-BA)

De todas as entrevistas que dei, a matéria de vocês foi a melhor apresentada, uma vez que deixa transparecer com clareza as idéias formuladas. Parabéns! Agradeço ao jornal pelo espaço à causa nacionalista. (Luiz Otávio Athayde, presidente da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional-Cebracon)

Em anexo segue a renovação da assinatura da "Classe Operária". Também nesta quero expressar toda minha admiração por este maravilhoso trabalho dirigido à edificação do socialismo em nossa pátria (Júlio César Dorneles da Silva, coordenador da Juventude Evangélica no Distrito Eclesiástico Porto Alegre)

Gostaria de chamar a atenção, em meio a tantas matérias interessantes deste combativo jornal, para a importância do tema abordado na matéria intitulada "Sob o signo da impunidade", da "Classe" n.º 12.

Fala-se muito na luta pela terra, porém pouco existe de informações concretas sobre a luta sangrenta que se desenvolve em alguns lugares do país pela reforma agrária.

Crimes hediondos, atozes e inimagináveis que vão desde coleções de orelhas de trabalhadores rurais feitas por latifundiários, incêndios de casas e mortes de famílias inteiras de posseiros (incluindo crianças inocentes), trabalho escravo, torturas, perseguições, assassinatos em massa ou por lista são acontecimentos que fazem parte do cotidiano das áreas de conflito fundiário e que precisam ser denunciados de forma ampla e contundente para que a população brasileira compreenda com maior profundidade o papel do latifúndio hoje em nosso país e de sua entidade fascista, a UDR.

Acredito que o jornal "A Classe Operária" tem dado grandes contribuições no sentido deste esclarecimento, e acredito que devemos manter a vigilância desta necessidade. (Leila Márcia dos Santos, diretora da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-UBES)

Mais combate ao economicismo

Um dos problemas que o PCdoB pode enfrentar, neste ano excepcionalmente político, é o do economicismo, que ainda perdura em algum trabalho de base.

O economicismo atrasa o desenvolvimento do trabalho do partido entre as massas, e por conseguinte a revolução. Por isso, acredito que é muito importante

o combate a este tipo de idéia estranha ao partido proletário.

Neste sentido, talvez seja uma preocupação indevida de minha parte, mas gostaria de sugerir ao camarada Rogério Lustosa que tratasse desse tema na coluna "Consciência Socialista".

Aproveitando quero parabenizar ao editor pela excelência do nosso jornal, à altura das tarefas da revolução. (Vadil Rodrigues, Belo Horizonte, MG)

Sobre a formação teórica do militante

Da mesma forma que as vitaminas são necessárias ao organismo humano, tanto para o crescimento quanto para a prevenção de doenças, o estudo da teoria revolucionária é necessário para a formação e crescimento do militante, e previne as "doenças" de sua atuação prática.

É freqüente encontrarmos militantes que se lançam com ardor à atuação prática partidária e se esquecem da sua formação teórica — sua "vitamina". Em decorrência deste desleixo podem ocorrer o afastamento gradativo do partido, em decorrência do desconhecimento dos princípios de organização, o que leva a uma não-participação no organismo de base; descumprimento das orientações dos organismos superiores; esquecimento da unidade política e de ação do partido, de que este é um todo único onde os militantes têm direitos e deveres; aceitação de idéias estranhas à política do partido.

Estes problemas de formação são sérios e devem ser enfrentados com a máxima urgência. É preciso que os militantes sintam a sede de saber, de que fala o camarada Rogério Lustosa, para que possam pensar e agir com independência dentro das orientações gerais do partido. Cabe, no entanto, às direções partidárias estimular ou mesmo provocar esta sede. Aqui em Roraima, em que pesem todas as dificuldades temos tomado várias decisões com este objetivo (Zilda Montenegro, da Comissão de Organização do Comitê Regional do PCdoB em Roraima).

A morte de um velho comunista

Às vezes uma vida se confunde com as lutas, com as histórias do povo de uma cidade. A vida de José de Pietro, ex-presidente do PCdoB em Cruz Alta (RS), morto em 11 de fevereiro, foi assim.

Nascido em 14/04/17, de família humilde, logo se interessou pelas causas sociais. Em 43 recebeu e aceitou prontamente convite para entrar no PCdoB.

Durante sua longa militância sempre esteve presente em todas as lutas dos trabalhadores brasileiros, como a luta pelo monopólio estatal do petróleo, pelo não-envio de brasileiros à guerra da Coréia, contra a instalação de bases americanas na ilha de Fernando de Noronha e tantas outras que mobilizaram os setores progressistas da sociedade.

Destacou-se na luta pela reforma agrária. Foi um dos fundadores da Associação dos municípios sem-terra em 1962, e liderou a invasão de uma fazenda com dezenas de milhares de hectares. O fato teve enorme repercussão, e recentemente a Associação retomou o passado de presença marcante nas lutas populares e políticas da cidade.

Em 1962 foi expulso do PCB, por não concordar com a traição revisionista, e reorganizou o PCdoB. Foi preso pela ditadura em 1964 e 1970. Era respeitado e amado. Do movimento de oposição política do partido em Cruz Alta. Sua ausência deixa uma grande lacuna, que nos esforçaremos muito para preencher. (Diretório municipal do PCdoB, Cruz Alta, RS)

Assine já o seu jornal "A Classe Operária"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP..... Cidade..... Estado.....
Profissão.....

"A Classe Operária" custa muito pouco:

Assinatura trimestral: NCZ\$ 2,40; Trimestral de apoio: NCZ\$ 4,50

Assinatura semestral: NCZ\$ 4,80; Semestral de apoio: NCZ\$ 9,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal
Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — Cep 01318 S. Paulo

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

A impossível busca de identidade

Luciano Siqueira*

Permeia a Convenção Nacional do PMDB, neste dia 12, a disputa pela escolha do candidato à presidência da República. Formada a articulação majoritária, dita "progressista", especula-se novamente: caminharíamos os peemedebistas para uma alternativa de centro-esquerda?

As circunstâncias que cercam a sucessão presidencial alimentariam a hipótese. Num ambiente de crise e de acirramento das lutas sociais, pressionado pela inclinação mudancista do eleitorado, o PMDB optaria por um nome capaz, a um só tempo, de amenizar o desgaste da legenda, vista pela população como vinculada ao governo Sarney — e de se contrapor à esquerda. E, de quebra, solucionar o conflito entre poderosos interesses concentrados em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que têm dificuldades de chegar a um consenso acerca de um candidato paulista. Não seria Ulysses, nem Quéricia. Poderia ser Arraes. Ou Waldir Pires.

Mas não será fácil prosperar uma alternativa dessas. Porque a maioria que se reconstituiu para reconduzir Ulysses ao comando partidário, apresentada como "progressista", mas predominantemente conservadora, dificilmente admitiria um candidato estigmatizado como "de

esquerda", como os governadores de Pernambuco e da Bahia. E mesmo que isso viesse a acontecer, será uma candidatura de fôlego curto, pois com tal sustentação política — à semelhança de Covas, pelo PSDB — não poderia fugir ao posicionamento centrista, com fortes influências à direita. Desvinculada, portanto, das expectativas do eleitorado rebelde que pretenderia sensibilizar.

Reflete-se, assim, no PMDB, a dificuldade que as classes dominantes enfrentam na busca de uma candidatura que as unifique para enfrentar os anseios de transformação da sociedade, crescentes no seio do povo. Pois a aliança entre os "históricos" e os "ulyssistas", contra a corrente liderada pelos ministros de Sarney, não significa exatamente a busca de uma proposta avançada. Apenas tenciona evitar a imediata desagregação do partido e, através de fraseologia aparentemente renovadora, preservar tênues laços que ainda lhes restam com parte do eleitorado progressista.

Passado o episódio da Convenção, resta verificar que caminho Arraes e Waldir estarão dispostos a trilhar: a submissão ao projeto conservador ou o reforço da unidade articulada pelo PCdoB, PT, PSB e PV.

* da Direção Nacional do PCdoB e presidente do DR/PE.

União do povo contra "união de Minas"

Dilermando Toni*

A pesar de derrotado em centros políticos de grande expressão no Estado de Minas Gerais, o governador Newton Cardoso não abandona seus sonhos de alçar vôos mais altos.

Visando à disputa presidencial, o execrado governador tenta agora reaglutinar forças em torno de um projeto por ele denominado "união de Minas", fazendo o seguinte raciocínio político: 1) São Paulo tem o maior eleitorado do país que iria se dividir entre os vários candidatos a presidente que de lá devem surgir; 2) o Rio estaria marcado por forte tendência brizolista; 3) Minas, com seus possíveis quase 11 milhões de eleitores, jogaria então um papel decisivo. Para isso seria preciso unir o PMDB, o PFL, o PDC e o PTB e isolar a esquerda e o centro-esquerda.

A trama, se vitoriosa, possibilitaria uma grande vantagem de votos ao candidato do PMDB. Este seria o cacife de Minas para reivindicar a presidência ou, na pior das hipóteses, quem sabe o próprio Newton Cardoso...

Nesse sentido, os contatos políticos vão se intensificando, envol-

vem, além do governador, figuras como Itamar Franco, Hélio Garcia, Aureliano Chaves e outros. Ulysses Guimarães amiúda suas visitas a Minas, que vai se tornando a viga-mestra das articulações da direita.

Porém, as dificuldades para a execução desse plano são muitas. Além da disputa acirrada dentro do PMDB nacional, não há um nome mineiro capaz de unificar as forças conservadoras do Estado.

As articulações do governador mineiro têm caráter direitista e demagógico. Para contrapor-se a ela, é preciso insistir na união dos partidos de esquerda e das forças verdadeiramente democráticas e progressistas.

Ao PCdoB, ao PT, ao PSB, além de outros partidos e entidades populares juntos, cabe impor ao truculento governador uma derrota muito maior que a de 15 de novembro passado. Minas, cansada das soluções das elites reacionárias, jogará sim papel decisivo na sucessão presidencial.

Mas do lado dos interesses populares e progressistas, do lado da

* Da Direção Regional do PCdoB/MG



EDITORIAL

Greve geral contra o governo

Está programada para os próximos dias 14 e 15 de março uma grande jornada de luta dos trabalhadores brasileiros, protesto veemente contra a política econômica do governo, seu "plano verão" e o arrocho salarial. Na pauta de reivindicações a classe operária apresenta em uníssono a exigência de reposição das perdas salariais acarretadas pelo último "pacote" baixado pelo governo.

Com a aproximação da greve e a evidente disposição de luta dos trabalhadores, aparecem de vários lados tentativas de impedir a realização da parede trabalhista.

Sarney, isolado no Planalto, entre uma viagem e outra ao exterior, retoma seu estilo provocador e atribui ao movimento grevista intentos de desestabilização e subversão da ordem pública. Admitindo o caos a que a política do seu governo conduziu o país, faz analogia da greve dos trabalhadores brasileiros com os trágicos acontecimentos da Venezuela. É a tática da ameaça, do amedrontamento, da criação de pânico na sociedade, prelúdio de invocação à intervenção militarista e à repressão.

Ainda da parte do governo, trabalha-se também noutra direção. Madame Dorrothea arreganha sorrisos e procura seduzir lideranças sindicais com acenos sobre a "futura política salarial". É uma fórmula sempre experimentada com o fim de engabelar os trabalhadores.

Dentro da própria área sindical surgem vozes agourentas que predizem o fracasso da greve. Gente como Luís Medeiros, Magri e outros agem como bombeiros e divisionistas. A cúpula da CGT, há muito desmoralizada, implode em lutas intestinas e desnuda sua impotência diante dos trabalhadores. Luís Medeiros, "dando uma no cravo e outra na ferradura", a um só tempo faz retórica de "apoio" à

greve e declara que "reposição salarial se consegue é com o patrão".

Apesar disso, as gestões dos setores sadios e combativos do movimento sindical e a preparação da greve nos últimos dias, mostram que ela pode surgir com um vigor que surpreenda o governo e os pelegos. Nesse quadro, é de ressaltar a ingente atividade unitária, mobilizadora e organizativa da CSC e da CUT em prol da greve geral.

Ajornada de 14 e 15 de março tem imenso significado na luta do povo brasileiro contra o governo e os opressores monopolistas e imperialistas da nação. Ela tem alcance político, na medida em que constitui um **pronunciamento**, legítimo e justo da classe operária e das demais massas trabalhadoras, contra uma política que há muito tempo vem se mostrando falida e ineficaz. O governo Sarney, mancomunado com os interesses das classes dominantes e aprisionado por compromissos com o FMI, adotou uma orientação lesiva aos interesses dos assalariados, que, com os sucessivos arrochos promovidos pelos "pacotes" econômicos, chegou agora ao limite do insuportável.

Positivamente, o governo levou o país a uma situação tão trágica, gerou uma tal crise social e econômica, assemelhada a uma tragédia, que não resta ao povo e às suas forças políticas e sindicais mais lúcidas outro caminho senão o da luta decidida, do protesto enérgico, do combate sem tréguas aos responsáveis por tal situação.

A greve geral é um episódio que não se esgota em si mesmo. Articula-se com o conjunto da luta do povo brasileiro, em plano mais amplo, para trilhar novos caminhos rumo à conquista de um regime democrático-popular. Tem, como desdobramento imediato, a mobilização política de massas no bojo da campanha presidencial.

Goiânia entusiasmada com frente

No último dia 2 o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, esteve em Goiânia e numa sessão especial na Câmara de Vereadores expôs a proposta do Partido de unir as forças de esquerda numa ampla frente popular para disputar as eleições presidenciais já no primeiro turno.

O ato reuniu dezenas de representantes de entidades populares e dos partidos de esquerda — PV, PT, PDT, PSB e PH — muitos militantes, amigos do Partido e populares que lotaram as galerias da Câmara.

A Mesa foi composta pelo presidente da Câmara Municipal, vereador Elias Rassi Neto, o primeiro secretário, vereador Waldir do Prado; o segundo secretário, vereador Carlos Eurico; Ivam Ornelas, presidente Regional do PSB; o ve-

reador Nisso Prego, representando o Diretório Regional do PT; Eval Soares, presidente regional do PH, John Nivaldo, representando o Diretório Regional do PV; Euler Ivo, presidente regional do PCdoB; Dalísia Dóris, do Diretório Regional do PDT; deputado Antônio Moura do PT; Osmar Magalhães, presidente da CUT estadual; Sílvio Costa, da Corrente Sindical Classista; Divino Goulart, presidente da FETAEG e Gilvane Felipe, presidente da UEE.

João Amazonas declarou que a proposta do PCdoB baseia-se em duas questões fundamentais: a primeira é a profunda crise por que passa o país, que se pode comparar a uma tragédia social.

“Essa tragédia, disse, tem responsáveis. E estes não são as esquerdas mas as elites dominantes que já provaram sua

incompetência para administrar o país.”

A segunda questão é a resposta contundente que o povo deu às classes dominantes nas eleições passadas. O povo brasileiro se voltou para a esquerda, mudando seu comportamento eleitoral.

Propostas Vivas

Por esses motivos, disse Amazonas, “o PCdoB propõe a união das forças populares de esquerda”, lembrando que é preciso “estar à altura da mudança de comportamento do eleitorado”. E ressaltou: “Neste momento histórico ob-

jetivamente favorável ao avanço do movimento popular e de vitória das esquerdas não podemos nos desunir e dar espaço para a direita, hoje completamente desunida.”

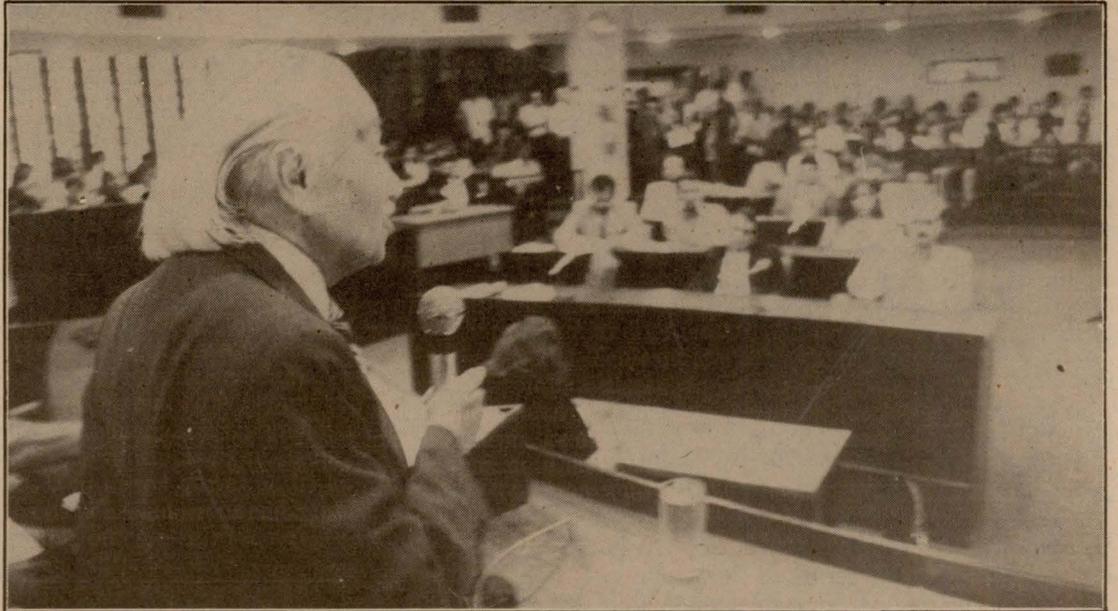
O presidente do PCdoB falou ainda sobre o programa da frente popular. Em sua opinião “este programa deve enfrentar efetivamente os problemas que afligem o nosso povo. O programa não pode se perder em generalidades e sim atender as necessidades concretas com propostas vivas.”

Falando em nome do PSB, o seu presidente regional, Ivan Ornelas, disse que “é preciso

definir um programa mínimo da frente popular e não deixar que o povo entenda que a campanha é de um só nome que seja a salvação do país, mas o meio para promover uma ampla mobilização, um movimento cívico de grandeza”. Pronunciaram-se também favoráveis à frente o presidente regional do PH, Erval Soares; o vereador Nisso Prego, em nome do Diretório Regional do PT e o representante do PV, John Nivaldo, além de representantes sindicais e estudantes.

(Luciana de Souza Bento, correspondente em Goiânia)

Foto: PC Abreu



Amazonas fala aos goianos

Santos diz sim à proposta unitária

Na histórica cidade portuária de Santos, uma das mais politizadas do Estado de São Paulo, a proposta do PCdoB também foi discutida publicamente na presença de mais de 100 pessoas, que lotaram o plenário da Câmara Municipal.

Em nome da Direção Nacional do PCdoB, José Renato Rabelo proferiu uma palestra expondo e fundamentando as propostas do partido. O dirigente comunista disse que “não está em primeiro plano a discussão de nomes, muito embora o candidato petista, Lula, tenha mais raízes populares, ao passo que o candidato do PDT, Leonel Brizola, tem orientado suas alianças para o centro e a direita”. “O prioritário agora” — acrescentou Renato — “é lançar as bases para a elaboração do programa da frente, visando desencadear uma ampla campanha de caráter democrático e popular”.

O ato foi prestigiado pela prefeita da cidade, Telma de Souza (PT) e pelo vice-prefeito, Sérgio Sérvulo da Cunha (PSB). Em entrevista à reportagem da “Classe” — a prefeita de Santos declarou que “é necessário que a esquerda se una e tenha seu candidato único e apresente seu projeto unificado e coletivo. É necessário também que os trabalhadores tomem conhecimento do papel de cada uma das

candidaturas conservadoras”. Referindo-se à proposta do PCdoB, Telma de Souza disse ser “uma iniciativa muito positiva, principalmente por apontar para a construção de uma ampla frente de esquerda com os movimentos populares”. A prefeita santista acha que “essa proposta deve ser amplamente discutida por todos os setores que defendem o avanço e as transformações de que o país necessita”. “É nesse sentido” — finaliza a prefeita — “que vejo a importância da proposta do PCdoB — articular todos os setores do movimento popular em torno de uma candidatura única, fazendo um grande movimento”.

A representatividade do ato de Santos — que teve sua mesa presidida pela vereadora Mariângela Duarte (PT) — primeira-secretária da Câmara Municipal — pode ser avaliada pelo fato de que os presidentes de todos os partidos de esquerda estiveram presentes e se pronunciaram sobre a unidade das esquerdas. Além deles se manifestaram também todos os vereadores da Frente Popular de Santos. Pelo PSB, falou Reinaldo Martins, pelo PV Carlos Viana, pelo PCB Cláudio José Ribeiro. Dois outros vereadores de esquerda, Altino Dantas (PT) e Benedito Furtado (PSB), falaram no ato.

Foto: Arquivo



A prefeita de Santos, Telma

Movimento popular se pronuncia

Na visita de João Amazonas a Goiânia um fato merece destaque especial. Circulou nos meios políticos e sindicais da cidade um abaixo-assinado defendendo a proposta de lançamento de um candidato único das forças de esquerda e populares. Mais de duas centenas de lideranças

sindicais, comunitárias e estudantis assinaram o documento, que, no ato realizado na Câmara Municipal, foi entregue ao presidente nacional do PCdoB. O “abaixo-assinado de Goiânia” é uma primeira iniciativa, de base, que se for multiplicada poderá engrossar o leito de um amplo e forte

movimento cívico nacional durante a campanha eleitoral de 1989. É um indicador de que a proposta de unir as correntes políticas de esquerda para enfrentar a batalha sucessória não interessa apenas aos partidos políticos, mas sensibiliza profundamente os setores de base do movimento democrático e popular.

Interior de Minas debate sucessão

Com a presença de mais de 100 pessoas, o PCdoB lançou sua proposta de unidade das forças populares também no município mineiro de João Monlevade, em 17 de fevereiro último. O ato contou com a presença de representantes do PDT e do PT, do prefeito da cidade e de lideranças sindicais e populares. O ve-

reador Sérgio Miranda, membro da Executiva Nacional e presidente do PCdoB em Minas Gerais apresentou a proposta dos comunistas, enfatizando que “o Brasil vive um momento especial de transição do regime político, do modelo econômico e da estrutura social, incapazes de responder às demandas da

sociedade”. Em sua opinião “a proposta de unidade das esquerdas e das forças populares tem tido ampla repercussão nacional e poderá trazer mudanças para melhor no Brasil em 1990”.
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois
 (do Correspondente em João Monlevade-MG)

No RS Amazonas anuncia unidade

No dia 28 de fevereiro em Porto Alegre aconteceu o ato político no qual o PCdoB conclamou à unidade das forças populares para a sucessão presidencial. Cerca de 300 pessoas compareceram no Auditório da Delegacia Regional do Trabalho para discutir sobre a criação da frente única.

O ato foi prestigiado por lideranças políticas de Porto Alegre, Caxias do Sul, Gravatá, Cachoeirinha, Santa Maria, Rio Grande, Pelotas, Canoas, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, Passo Fundo e Cruz Alta. Vários vereadores do PT da Grande Porto Alegre fizeram-se presentes.

Além de João Amazonas, participaram da mesa Olga

Araújo, conselheira federal da OAB e coordenadora do Movimento Gaúcho da Constituinte, Bruno Costa, da Direção Regional do PSB, Raul Pont, deputado estadual (PT/RS) e presidente do Diretório Regional do PT, Álvaro Meneguzzo, da direção da CUT, José Freitas, da Corrente Sindical Classista, e Edson Silva, presidente do Diretório Regional do PCdoB no Rio Grande do Sul.

Adesão do prefeito

Ao abrir o ato, o presidente do Diretório Regional do PCdoB anunciou o apoio do prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra (PT), à proposta de

unir as forças de esquerda na sucessão presidencial.

João Amazonas fez uma intervenção política mostrando a viabilidade e a necessidade de concretizar a unidade das forças de esquerda. "A população será receptiva a essa proposta", disse Amazonas. Argumentou que o povo está ansioso para escolher pelo voto direto o presidente da República. "Faz 29 anos que somos impedidos de eleger o principal dirigente da nação. A população frustrou-se com o partido que tinha a maioria dos constituintes e 23 governadores. O PMDB preferiu aliar-se ao centrão".

O presidente nacional do

PCdoB denunciou o regime das classes dominantes e arrematou: "É preciso deslocar do poder as elites dirigentes. Faz-se necessário substituir essas elites pelo movimento das grandes massas com a união das esquerdas, que é a união da classe operária, dos camponeses, do povo brasileiro, que formarão um poderoso movimento para evitar o retrocesso. Esse movimento terá repercussão na América Latina e no mundo".

Conversações proveitosas

O presidente do PCdoB destacou que as conversações que tem tido com o PSB, o PT, o reitor da UFRJ, a Direção Nacional da OAB, o presidente da ABL, Barbosa Lima Sobrinho, e dezenas de personalidades e lideranças políticas "têm sido muito proveitosas e que a reunião que ocorrerá ainda este mês com as forças interessadas na frente única certamente contribuirá para a formação desse movimento que deverá dar o norte para a sucessão presidencial".

Pontos programáticos

Um importante item da intervenção política do dirigente nacional do PCdoB foi o programa desse "amplo e poderoso movimento". Amazonas arrancou aplausos da platéia quando anunciou alguns pontos que devem compor o programa da frente: o não-pagamento da dívida externa, o fim do monopólio da terra, o fim da intromissão das Forças Armadas nos assuntos de natureza política, a defesa das liberdades políticas, a defesa da

Amazônia, a produção de alimentos voltada para o consumo interno, a distribuição justa da renda e a alteração do sistema financeiro.

A voz do PSB

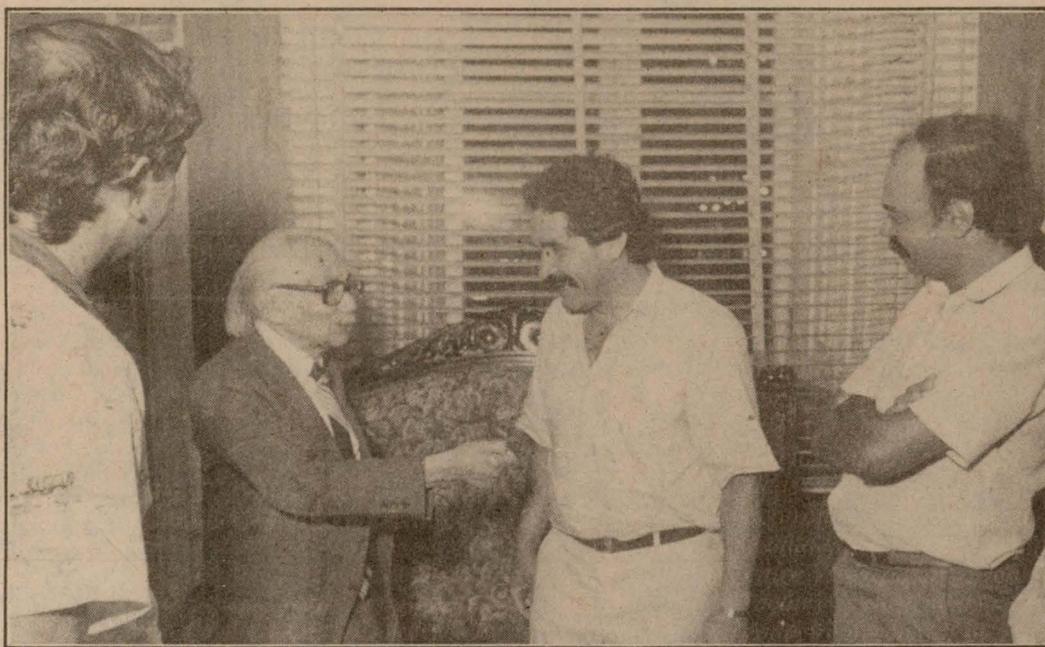
Bruno Costa, do PSB, manifestou concordância com os pontos defendidos pelo dirigente comunista e frisou: "É fundamental a unidade das esquerdas para combater as forças reacionárias e criar uma situação favorável à luta do povo".

A posição do PT

O deputado Raul Pont declarou-se solidário com a formação da frente das esquerdas. Reafirmou a proposta defendida pelo PCdoB e salientou que "apesar do crescimento que teve nas últimas eleições, o PT não é o dono do programa. Temos que criar um pólo alternativo de poder. As diferenças que os partidos de esquerda têm entre si são infinitamente menores que as diferenças que temos com o governo Sarney, os imperialistas e os latifundiários".

O apoio da OAB

Olga Araújo, do Conselho Federal da OAB, após tecer elogios à "combatividade do dirigente comunista João Amazonas, que tem participado de atos políticos em vários Estados defendendo a unidade das esquerdas", disse estar "identificada com a proposta ali defendida pelo presidente nacional do Partido Comunista do Brasil". (Mauro Gaglietti, correspondente em Porto Alegre).



Num encontro amistoso e cordial, Amazonas e Olívio avançaram para a unidade.

Olívio defende a frente única

Durante sua visita a Porto Alegre, João Amazonas foi recebido pelo prefeito da cidade, Olívio Dutra, do PT. Na presença dos membros da Comissão Executiva do Diretório Regional do PCdoB no Rio Grande do Sul, os dois dirigentes políticos tiveram uma conversa amistosa e cordial, discutiram sobre a frente única das esquerdas, o programa comum e a candidatura única.

Em entrevista à reportagem da "Classe" o prefeito Olívio Dutra declarou que "o movimento popular e sindical, os partidos de esquerda e os partidos comprometidos com a luta popular têm a tarefa de construir a unidade em torno de um programa e de uma candidatura que crie condições para uma disputa com possibilidades de vitória no enfrentamento com as candidaturas de direita e centro-direita".

Olívio Dutra acha que a indefinição no campo da direita e do centro-direita não perdurará por muito tempo. "As viúvas do regime militar, o grande empresário e o latifúndio não estão encontrando saídas comuns neste momento. Mas é certo que com a definição mais clara do campo popular e a unidade mais sólida da esquerda, as diferentes candidaturas do centro-direita e da direita estarão identificadas".

O prefeito de Porto Alegre considera ainda que "as eleições presidenciais serão marcadas por uma acentuada politização, o que permitirá esclarecer as massas com um programa democrático e popular capaz de se contrapor à continuidade da situação vigente".

Olívio Dutra explica também o que é na sua opinião um programa democrático

e popular: "O programa mínimo das esquerdas tem que ser antiimperialista, preconizar a suspensão do pagamento da dívida externa, transformações na estrutura fundiária, a conquista da democracia e uma redefinição do papel das Forças Armadas, que não pode ser o que foi estabelecido na Constituinte".

O dirigente petista e prefeito de Porto Alegre alerta a esquerda para que "tenha clareza e seja lúcida, a fim de que nenhuma vacilação ou desejo de firmar posição lance água no moinho da direita e do centro-direita". Nesse sentido ele também defende com ênfase a proposta de lançar uma candidatura única com programa comum. "O ideal, diz, é que já no primeiro turno a esquerda democrática, progressista e popular se unifique".



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Num concorrido ato político o PCdoB do Rio Grande do Sul discutiu publicamente a proposta de unificar as esquerdas no 1º turno da eleição.



Confusão e dúvidas nas elites

Foto: Arquivo

A corrida à Presidência da República entrou nos últimos dias em marcha batida, com a intensificação das articulações e disputas nas diversas áreas do espectro político nacional. Os órgãos da "grande imprensa" começam a divulgar as primeiras pesquisas de intenção de voto, nada favoráveis aos postulantes da direita, do centro e do centro-direita. Cada fato novo da conjuntura mostra aos conservadores que os nomes de que dispõem estão em baixa cotação, na verdade declinam. Isto, somado à disparidade de interesses, a projetos pessoais e de grupos, forma a base objetiva para a permanência da dispersão e da confusão nas hostes conservadoras. Tudo indica que o caminho para as composições nessa faixa ainda está pontilhado de obstáculos. E riscos.

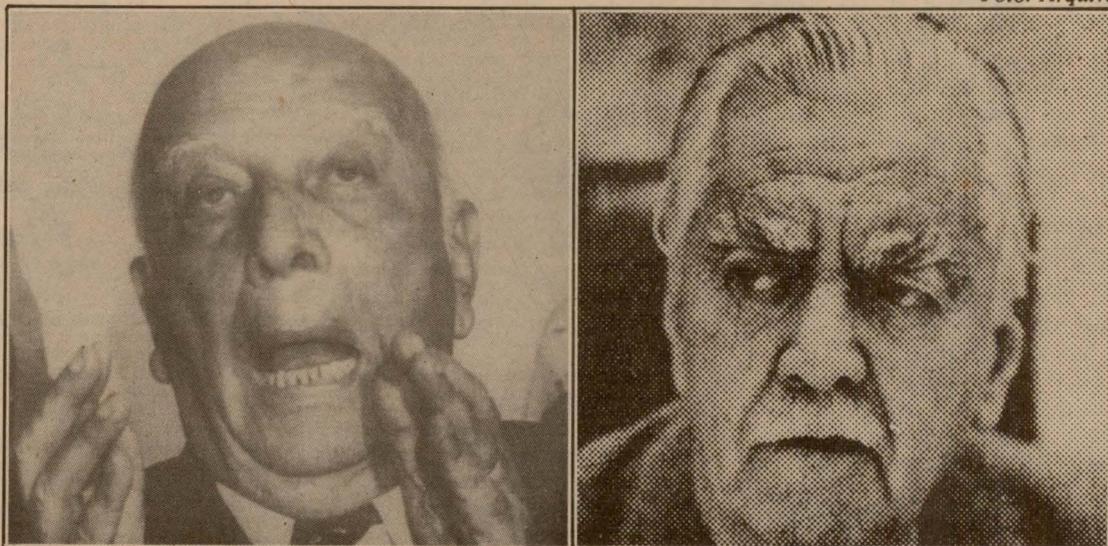
A direita mais reacionária e fascista promove articulações em torno de entidades assumidamente integralistas e nazistas, envolvendo figuras de grandes empresários e militares. O "capitão-do-mato" da UDR, Ronaldo Caiado, prepara com estardalhaço o lançamento de sua candidatura e encontra na região do Triângulo Mineiro, antro do conservadorismo, o berço onde se agasalham e nutrem suas ambições. Uma esclarecedora reportagem publicada dia 1º de

março pela "Folha de São Paulo" mostra que Caiado é um dos nomes mais cotados pelas organizações da direita fascista.

Paralelamente a essa movimentação, as viúvas da ditadura militar balanceiam suas forças e procuram aplainar o terreno para que alguma candidatura ao seu feitiço decole. O presidente do PDS, Jarbas Passarinho, senador de caserna, e o eterno candidato Paulo Maluf tiveram um encontro em São Paulo e, pelo que transpirou para a opinião pública, não chegaram a um acordo sobre qual dos nomes o partido lançará. Examinaram, entre outras, a hipótese de oferecer a legenda a Jânio Quadros, em composição com Passarinho na vice.

Jânio, pescador de águas turvas, continua apostando no aumento maior ainda da confusão. Do exterior, faz peripécias, dá declarações desencontradas, ao mesmo tempo que anuncia "para breve" uma plataforma, com coisas "bombásticas".

Nos dois partidos que sustentam a "nova República" e dividem o centro e o centro-direita da política brasileira, ao lado de anúncios sabidamente falsos de acordos e compromissos, a disputa acirra-se. Aureliano Chaves e Marco Maciel, do PFL, continuam



Ulysses e Jânio: a difícil busca de alternativas ao centro e à direita

atuando em trincheiras diferentes e as últimas manobras mostraram que tudo o que puder fazer para desestabilizar a candidatura do presidente de honra do partido, o senador pernambucano fará. Depois da crise psicótica do apresentador de tevê, Silvio Santos, volta à tona o nome de Ermi-

rio de Moraes, que sairia pelo PTB, apoiado pelo PFL, com esperança de atrair também o PDS e o PSDB.

Já o PMDB, o mais atingido pelos resultados das recentes eleições e pela desmoralização do governo Sarney, divide-se entre várias alternativas: Ulysses, Quêrcia, Arraes, Waldir.

Ulysses, sequioso da presidência da República, tenta a todo o custo um acordo entre as diversas alas do partido em torno do seu nome. Encontra sérias barreiras nas ambições do governador de São Paulo e nas manobras do governador de Minas, disposto a vender caro o seu apoio a Ulysses.

Na esquerda continuam os entendimentos

O fato de maior destaque da disputa sucessória na última semana é o aprofundamento dos entendimentos entre as esquerdas para selar um acordo em torno da formação de uma frente única, com um candidato e programa comuns. Está prevista para 20 de março uma reunião que anunciará a formação da frente e desencadeará a campanha eleitoral em todo o país. Participarão do encontro representantes do PCdoB, do PT, do PSB, do PV, além de personalidades independentes.

Esta reunião é resultado de um processo iniciado em janeiro, quando a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil tomou a iniciativa de propor a formação da frente popular já no 1º turno da eleição presidencial, através de uma "Conclamação à unidade das forças populares". Neste período o PCdoB promoveu atos públicos em dezenas de cidades do país, reunindo em cada um deles centenas de pessoas, representantes dos partidos de esquerda e personalidades progressistas independentes alcançando ampla e positiva repercussão. (ver matérias às págs. 4 e 5 desta edição e

n.ºs 10, 11, 12 e 13 da "Classe").

Reunido nos últimos dias de fevereiro, o Diretório Nacional do PT pronunciou-se sobre o assunto e, entre outras coisas, ressaltou em sua resolução: "Assegurada a independência política do PT(...) o Diretório Nacional entende que a sustentação da campanha eleitoral e do governo democrático-popular terão na realização de alianças e coligações um elemento fundamental de repercussões estratégicas".

Também a Direção Nacional do PSB já se pronunciou, através de documento oficial, pela criação da frente.

Tudo isso mostra que as bases para a consolidação da unidade das esquerdas estão lançadas. Mas ainda há um caminho a percorrer no sentido de que a coligação reflita o mais amplamente possível os interesses do movimento democrático e popular, sem definições apriorísticas de hegemonia. A reunião do dia 20 será um marco nessa caminhada, se avançar, com maturidade, na definição de pontos programáticos unitários e na preparação de uma campanha que mobilize realmente o povo e as forças progressistas independentes.

União do povo, necessidade histórica

José Reinaldo Carvalho

A História dos povos é sempre um rico manancial de experiências impulsionadoras do conhecimento e do desenvolvimento social. Mas ela tem também seus momentos especiais, tempo de aprendizado rápido das massas e de suas vanguardas, épocas de viragens bruscas e mudanças rápidas que conduzem a luta política a estágios superiores antes inimagináveis.

O momento que o Brasil atravessa na atual quadra tem essas características. Seguramente, estamos atravessando o período mais difícil de nossa história enquanto nação. Nunca foi tão grande e desabrida a vassalagem ao capital estrangeiro nem tão dramática e trágica a crise social.

Mas também nunca vivemos um instante tão promissor. A luta política, reflexo necessário dos graves conflitos sociais, vai assumindo contornos novos e abrindo caminhos até aqui desconhecidos, enriquecendo a experiência e o aprendizado do povo.

A sucessão presidencial deste ano não é um ponto de chegada ou mesmo uma estação intermediária numa estrada pavimentada que segue seu curso em linha reta. É, antes, uma dessas veredas sinuosas, em manjedança, mas que tem no seu limite um horizonte amplo e iluminado.

É um momento privilegiado para o povo brasileiro

galgar posições mais favoráveis em sua luta de libertação nacional e social, golpear com severidade as oligarquias, atingir em cheio as elites, impor séria derrota aos dominadores alienígenas e à aristocracia fardada. E isolar os conciliadores, os vacilantes, os pusilânimes.

Igualmente, é um período cheio de riscos, desafiador por certo, mas pontilhado de armadilhas. As classes dominantes brasileiras são fortes e têm já a sua experiência histórica também. São cegas na defesa de seus espúrios interesses, mas terrivelmente lúcidas quando se trata de manobrar para deter o avanço do povo. A memória nacional tem presentes os episódios de 1930, 1935, 1937, 1945/1948, 1961/1964, do período negro da ditadura militar e da transição abortada da "nova República".

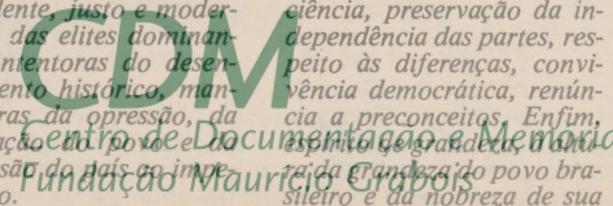
Não é exaustivo repetir que na sucessão deste ano estão em confronto dois projetos de desenvolvimento: o das forças progressistas, de esquerda, visando à conquista de um regime democrático-popular e à construção de um país livre, independente, justo e moderno e o das elites dominantes, contendoras do desenvolvimento histórico, mantenedoras da opressão, da exploração e do imperialismo.

O novo quadro político

criado com o aprofundamento da crise estrutural da sociedade brasileira e a mudança do comportamento do povo despertam fundamentadas esperanças na conquista de uma vitória das forças progressistas e na formação de um governo da esquerda unida.

Tamanha virada nos rumos da luta de classes em nosso país só se concretizará, porém, com a ampla mobilização do povo e a formação de uma sólida frente única. A complexidade dos problemas nacionais e a gravidade da crise não autorizam projetos exclusivistas. Raciocinar em termos próprios, pensando nas vantagens que este ou aquele partido pode tirar na atual campanha, equivalerá a uma mesquinharia que a seu tempo será cobrada pela História. Unir o povo na batalha maior sobrepassa em muito interesses menores de grupos e pessoas. Corresponde a uma necessidade histórica, de atendimento premente, a fim de abrir caminho à construção de um novo País.

O esforço pela unidade pressupõe amplitude, paciência, preservação da independência das partes, respeito às diferenças, convivência democrática, renúncia a preconceitos. Enfim, a grandeza do povo brasileiro e da nobreza de sua causa.



O papel das Constituintes estaduais

Luiz Nova*

Está em pleno andamento a batalha pela elaboração das novas Constituições estaduais. É visível nesse processo a confrontação entre as forças conservadoras e os setores progressistas. É sobre este assunto que fala, em artigo especial para "A Classe Operária", o jornalista Luiz Nova, deputado estadual do PCdoB na Bahia, e presidente da Comissão Constitucional da Constituinte daquele Estado.

As forças democráticas se batem agora nos Estados da Federação no desafio constituinte. Os 20 meses de atividade de constituinte, a nível federal, resultaram num texto que varia da conquista de avanços nos direitos individuais e políticos, passa por relativas conquistas dos direitos sociais e choca-se com o atraso nas questões referentes à estrutura do poder, à questão fundiária etc.

As Constituintes estaduais foram automaticamente instaladas após a promulgação da Constituição federal em 5 de outubro do ano passado. De lá para cá os trabalhos têm se arrastado sem conseguir deslanchar.

Na Bahia, este processo se arrasta desde o dia 12 de outubro do ano passado, quando da instalação solene da Constituinte estadual. A primeira batalha, a do Regimento Interno, e eleição da Mesa Diretora, foi vencida com acentuada marca progressista. O Regimento determina uma elaboração constitucional, começando pelas Comissões Temáticas, acompanhada pela Comissão Constitucional, que será a sistematizadora dos trabalhos até o fim do processo constituinte. Na condução dos trabalhos, a Mesa tem uma presença progressista. Deflagrados os trabalhos, a partir de 7 de março, com a instalação das Comissões Temáticas — num total de cinco — os debates começarão a acontecer.

Ponto de vista conservador

Os setores conservadores da política baiana, já de algum tempo, agora com mais intensidade, atacam pelo lado do menosprezo à tarefa e ao espaço legislativo da Constituinte estadual. Segundo esses setores, como o PFL, e as oligarquias baianas, com suas lembranças aristocráticas, a função das Assembléias estaduais é de mera adaptação do texto federal. "Tudo já está dito e nos basta fazer adequações." Ainda, segundo esses setores, por exemplo, não há direito individual novo a ser inscrito na Carta estadual. Afirmando categoricamente e com toda a arrogância para se fazerem

acreditar: "Com o texto analítico da Constituição federal, nada restou às estaduais."

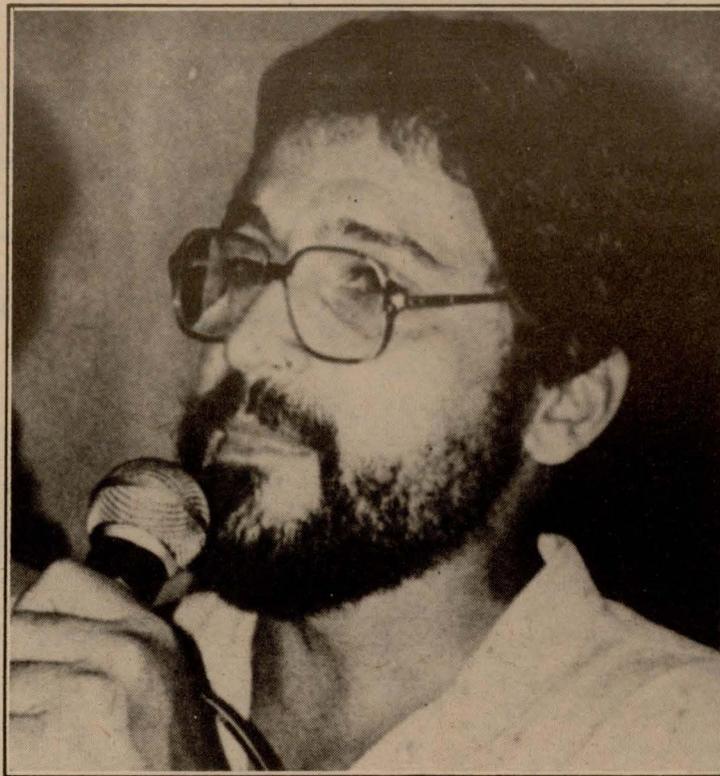
É exatamente aí que começa o grande embate democrático a nível dos Estados. Os que dizem coisa como as que estão citada desejam, na verdade, desarmar o espírito dos setores populares e democráticos nos embates que virão. Buscam que o movimento de massas não se articule, proporcionando o espaço do retrocesso naquilo que, com muito esforço, avançou-se a nível federal. Querem as Assembléias estaduais limitadas às negociações de cúpula, o que facilita em muito a elaboração de Cartas constitucionais estaduais conservadoras. Sabemos que, salvo raras exceções, a composição das Casas legislativas estaduais é conservadora. Sem povo e sem mobilização está claro que o resultado será o fortalecimento dos setores conservadores e das oligarquias políticas.

A batalha da autonomia

O Brasil se organiza federalmente. Portanto, a reunião de vários Estados autônomos entre si, que estabeleceram regras básicas de convivência. É verdade que a federação brasileira não se formou a partir dos Estados independentes, como foi o caso clássico dos Estados Unidos. Isso, no entanto, não nega que ao fazer-se a opção federativa, optamos pelo destaque à autonomia dos Estados, mesmo que com limitações maiores em razão da unicidade histórica de nosso território.

Ser autônomo não é pregar o fim da Federação, da União, mas é ter liberdade de avançar nos espaços exigidos pelo nosso povo. A Constituição e o Direito Constitucional consolidam esta compreensão. Portanto, os constituintes estaduais não podem se enquadrar na "camisa de força" do discurso da mera adaptação. Ao povo interessa reafirmar as vitórias conquistadas na Constituinte federal e avançar nos espaços vazios.

Afirmar a Federação e a autonomia dos Estados é o primeiro grande desafio. O que não estiver expressamente proibido pode ser legislado,



Luiz Nova à frente dos trabalhos da Constituinte baiana.

atendendo, nos Estados, às suas realidades próprias. Não negamos a Constituição federal como orientação básica. Sabemos da necessidade de controlar as competências privadas o que só a União ou só o Estado pode fazer — ou competência comum — o que, tanto a União quanto o Estado tem poderes para legislar. O fato é que não importa se primitiva, comum ou recorrente. Devemos nos orientar pela necessidade do avanço.

Possíveis avanços

Se é verdade que a tristemente famosa UDR obteve vitórias, dificultou a reforma agrária, não se pode desconhecer que nos Estados as terras devolutas, ou seja, públicas, do próprio Estado existem em grande quantidade. Vastas extensões de terras são do Estado ou já foram e passaram à propriedade privada com títulos falsificados, expulsando posseiros. Neste tópico deveremos ter grandes embates em vários Estados. Muitos títulos de propriedade, fruto de grilagem, poderão ser revogados, ampliando para a reforma agrária enormes áreas de terras.

O certo é que todos os assuntos que fazem o dia-a-dia do nosso povo estarão na ordem do dia das Constituintes estaduais. O papel da Justiça, a fiscalização popular e o controle dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, o funcionalismo público estadual, a independência e a autonomia dos Municípios, a educação, a saúde, o saneamento e o meio-ambiente, o solo urbano, a segurança pública, a cultura

e seus valores regionais são alguns dos capítulos necessários na feitura das novas Constituições estaduais.

A depender da correlação de forças entre o movimento popular e as elites em cada Estado, será possível ou não modificar, por exemplo, a atual estrutura do Poder Judiciário, democratizando sua competência, seu funcionamento, facilitando, dessa forma, o acesso do povo à Justiça.

É o caso de, para exemplificar, as Constituições estaduais isentarem a população de baixa renda do pagamento das custas judiciais, ou ainda instituírem Concurso Público, de provas e títulos, para o cargo de desembargador, o que ampliaria o universo de juizes com possibilidade de exercer a função sem as injunções políticas que todos conhecem.

Quando a Constituição federal prevê a possibilidade de os Estados legislarem sobre procedimentos em matérias processuais, criação da Justiça de Paz e de juizados especiais, está colocando para as Constituintes estaduais uma rara oportunidade de interferir no Poder Judiciário, aproximá-lo do povo e contribuir para que este tenha acesso à Justiça, reconhecidamente cara a elitista.

A mesma preocupação deve valer para o Executivo e o Legislativo. Enquanto os conservadores cuidarão de manter intocáveis esses poderes, os setores progressistas possuem amplas possibilidades de fazer ver nas Constituições estaduais princípios que estabelecem a participação direta da comunidade nos mecanismos

do Poder Executivo estadual, participação na elaboração de leis estaduais e nas decisões das comissões técnicas das Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Sem a participação popular no controle da administração direta e indireta do Estado (princípio do Direito Administrativo), a tão falada "transparência da atividade administrativa" não pasará de mera retórica.

Importância dos Municípios

Em relação aos Municípios, travar-se-á uma antiga luta que diz respeito à autonomia municipal. Tradicionalmente enumerada em princípio geral nas Constituições estaduais, a autonomia municipal, por variadas formas e em diversos momentos, sofreu violações tanto por parte dos Estados como pela ação administrativa da União.

A mesma autonomia que queremos para os Estados em relação à União, deveremos estender aos Municípios em relação aos Estados. Nos Municípios com mais de 20 mil habitantes, o crescimento e o desenvolvimento urbano estarão obrigatoriamente previstos em Lei Municipal — Plano Diretor. Isto significa que a política de desenvolvimento urbano não ficará à mercê dos interesses imediatos dos eventuais dirigentes municipais. Com essa visão, as Constituintes estaduais poderão estabelecer princípios que atendam às camadas mais carentes da sociedade, como a obrigatoriedade de planejamento para urbanizar as favelas, invertendo a orientação predominante que é de expulsão dos ocupantes de invasões para dar lugar aos edifícios de apartamentos, inacessíveis aos trabalhadores.

É bom lembrar que o povo brasileiro reside nos mais de quatro mil municípios, fato que ressalta a importância das decisões constituintes sobre o Município.

Para que conquistemos significativas vitórias nesse processo, será de fundamental importância a permanente mobilização popular e a vigilância das associações de moradores, sindicatos, entidades estudantis e representações dos diversos setores da sociedade, respaldando as propostas progressistas que estarão em votação nos plenários das Constituintes estaduais.

CDM
Centro de Documentação e Memória
(PCdoB/BA) presidente da
Comissão Constitucional da
Constituinte da Bahia e membro
da Direção Regional (BA) do
PCdoB.

Afinal, a vitória da unidade

Foto: Edson Ruiz

O movimento secundarista supera as ameaças de divisão da UBES, e planeja atuar com mais vigor na sucessão presidencial e na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases.

Pelo menos um dos fatores que tem contribuído para o arrefecimento das lutas estudantes secundaristas nos últimos meses parece ter sido superado desde a última semana de fevereiro. Uma reunião do Conselho Nacional de Entidades Gerais — CONEG — da União Brasileira de Estudantes Secundaristas decidiu marcar para o próximo mês de julho a realização de um congresso unitário da UBES. A resolução representa um duro golpe contra as tentativas de divisão da entidade levadas a cabo desde julho do ano passado pelo MR8, com apoio financeiro e institucional de políticos reacionários como o governador Newton Cardoso, de Minas Gerais.

Ouvindo pela "Classe Operária" o diretor de imprensa da UBES, Alexandre Machado, explicou que a decisão reveste-se de significado ainda mais por ter sido tomada por unanimidade, e em um fórum que contou com a presença de todas as correntes expressivas com atuação no movimento secundarista. Com efeito, estavam presentes em Niterói, entidades que têm em suas diretorias estudantes ligados à União da Juventude Socialista, ao PT, ao PCB, e independentes. Apenas o MR8 recusou-se a participar, apostando no fracasso da reunião.

Contudo, ela não apenas se realizou com êxito como também pôde avaliar o esvaziamento da tentativa de divisão. Líderes secundaristas de todas as regiões do país constataram que a "diretoria" paralela montada pelo MR8 foi rechaçada em quase todos os Estados, e que ao mesmo tempo as bases deram amplo reconhecimento à diretoria proporcional eleita no último Congresso da UBES, em julho de 88, com a participação de todas as forças interessadas em preservar a unidade do movimento.

UJS alistará eleitor

A União da Juventude Socialista realizou nos dias 21 e 22 de fevereiro sua 5ª Plenária Nacional, reunindo a Coordenação Nacional e dirigentes regionais de 22 Estados. A plenária traçou os rumos que seguirá a UJS neste ano de sucessão presidencial, tratou da campanha de alistamento eleitoral e do trabalho nas frentes ecológica, estudantil, sindical e organizativa.

A sucessão presidencial ganha este ano um novo componente, ou seja 9 milhões de novos eleitores. Esses poderão ir às urnas contra as oligarquias e pelos seus direitos. A UJS buscará contato com movimentos progressistas da juventude para debater a sucessão e chamará

Foi com base nesta avaliação que as entidades presentes ao Coneg sentiram-se seguras para lançar um plano de ação para a UBES, que inclui a participação do movimento secundarista nos principais acontecimentos políticos deste ano e será desencadeado ainda este semestre.

Alistamento eleitoral

O plano começa com um posicionamento firme em relação à sucessão presidencial. A resolução aprovada no Coneg afirma que surgiram "condições extremamente favoráveis para que ocorram mudanças de envergadura" no país. Mais adiante, prossegue: "A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas entende que o enfrentamento da batalha da sucessão depende fundamentalmente da intervenção do movimento popular no processo". E conclui: "Acreditamos que somente a construção de uma frente da unidade popular, que aglutine os partidos de esquerda, as entidades do movimento popular e democrático e personalidades democráticas de destaque — apresentando uma única candidatura desde o 1º turno — poderá garantir a vitória das forças populares na eleição."

A UBES, porém, não pretende ficar restrita à aprovação formal de documentos sobre a sucessão. Outro ponto aprovado no Coneg foi a realização de uma ampla campanha pelo alistamento eleitoral dos jovens entre 16 e 18 anos. Isso porque há indícios muito concretos de que os novos eleitores compõem um contingente que é especialmente sensível às teses progressistas, mas que ao mesmo tempo precisa ser convencido a exercer de fato o direito ao voto, que pela lei é facultativo.

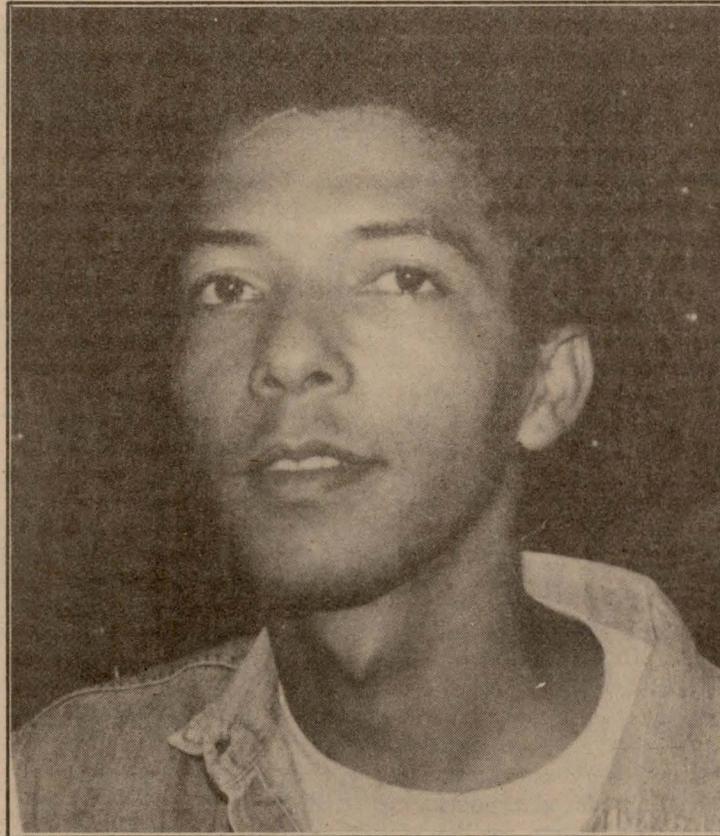
Nova educação

O Coneg decidiu também por uma ampla participação

esses movimentos à luta por candidato único das forças de esquerda. O documento aprovado na plenária afirma que "a juventude (...) busca uma alternativa progressista para a solução dos seus problemas", e emenda: "a UJS não compartilha da opinião aventureira e oportunista de cada um por si (...) a união deverá ser buscada já no primeiro turno".

A UJS lançará no início de abril uma campanha nacional de alistamento eleitoral. A idéia é alistar 50% dos jovens entre 16 e 18 anos, influir politicamente na escolha do candidato e filiar parte deles à entidade.

Outro assunto que ganhará destaque na vida da entidade é a ecologia. A UJS está elaborando um



Alexandre: por um presidente progressista e uma nova educação.

da UBES na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases — LDB —, que deverá ser escrita pelo Congresso Nacional, em breve, para adaptar a educação brasileira aos novos preceitos estabelecidos pela Constituição de 1988.

A reunião de Niterói capacitou a diretoria da UBES a iniciar imediatamente este trabalho. Ela aprovou um conjunto de propostas de artigos que, segundo a UBES, devem constar necessariamente da nova LDB. Caso adotados, estes dispositivos representarão mudanças de fundo na estrutura do ensino de primeiro e segundo graus do país.

Isto ocorre principalmente em relação a dois itens, conforme explicou Alexandre Machado. O primeiro deles reformula inteiramente a composição do Conselho Federal de Educação, um órgão com importantes poderes na normatização do funcionamento das escolas. Composto hoje em sua maioria por defensores do

ensino privado, que chegam ao órgão por exclusiva decisão do presidente da República, o CFD passará a contar com membros indicados pelas entidades representativas dos professores, dos estudantes e dos funcionários no ensino, e por membros da comunidade científica. Apenas 1/5 dos titulares do órgão, pela nova proposta, serão indicados diretamente pelo ministro da Educação, e ainda assim a escolha terá de ser homologada pela Câmara dos Deputados.

Num segundo item destacado por Alexandre, a UBES propõe inteira prioridade ao ensino público e a imposição de severas normas para o funcionamento da rede particular. Um dos pontos de maior importância, neste sentido, é o fim da isenção fiscal para as escolas privadas, mecanismo que

hoje é utilizado para ampliar ainda mais os lucros destes estabelecimentos.

Fortalecer a base

As mudanças não param por aí. Os secundaristas ainda propõem, entre uma série de medidas, a criação dos Conselhos de escolas, para democratizar a gestão das escolas públicas de primeiro e segundo graus; a oferta de vagas a toda a população em idade escolar, no 1º grau; e a universalização progressiva do ensino do 2º grau.

O Coneg definiu, por fim, um conjunto de atividades que visam revigorar o funcionamento das entidades de base — Grêmios e Centros Cívicos. Segundo Alexandre Machado o enfraquecimento destas entidades tem sido a causa principal de arrefecimento das mobilizações secundaristas no último período. A diretoria da UBES acredita que poderá contribuir para a superação deste problema dando início ao projeto "A UBES é massa". Ele consiste na visita organizada de um grande número de diretores da entidade a cada um dos Estados da federação. Durante estas visitas são feitos debates com os estudantes e com os Grêmios e Centros Cívicos, a respeito das perspectivas políticas do país, da luta por um novo ensino e das formas de aproximar as entidades de base da massa secundarista.

Também no sentido de se responder ao amplo leque de preocupações e ansios da juventude, o Coneg decidiu dar força total à 1ª FENACS-Feira Nacional de Arte e Cultura Secundarista, que se realizará em meio, em S. Paulo. Para Alexandre a FENACS é "a primeira tentativa de reunir estudantes secundaristas que desenvolvem atividade cultural, e de levar o movimento secundarista a atuar nesta área".

Centreville quer a luta

A chapa "Caminhando", composta por lideranças independentes e por militantes do PCdoB, venceu no último dia 05 as eleições para a Associação dos Moradores do Conjunto Centreville, em Santo André, no ABC paulista. O conjunto tornou-se conhecido nacionalmente por ser palco, desde 1983, de uma das mais bem-sucedidas e persistentes ocupações de casas pelo movimento popular.

Três chapas disputaram as eleições. "Caminhando" obteve 722 votos, vencendo por larga margem; "Participação", formada por militantes do PT, alcançou 204; e "Mais participação, menos política", ligada à igreja mórmon, ficou em último lugar, com 48 sufrágios. O Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois reuniu a participação ou o apoio de uma maioria dos líderes históricos da ocupação. Seu presidente, "Calé" foi inclusive baleado por agentes

de segurança da Caixa Econômica Estadual, numa das investidas oficiais contra o movimento. E os articuladores da chapa esforçaram-se até o último momento por uma composição que incluísse também os petistas.

Estes, no entanto, preferiram confiar nos frutos que poderiam obter por pertencerem ao partido que conquistou, em 15 de novembro último, a prefeitura de Sto. André. A campanha da chapa "Participação" procurava convencer os moradores de que seria "mais fácil" obter melhorias para o bairro se à frente da entidade estivessem elementos que pertencem à mesma agremiação a que está filiado o prefeito.

A julgar pelos resultados, os moradores do Centreville parecem continuar acreditando que o melhor caminho para chegar a vitórias ainda é a luta. O movimento

Amazônia, bandeira do povo

Eron Bezerra*

Ou as forças populares assumem resolutamente e já a luta em defesa da Amazônia, ou não conseguirão nem evitar a internacionalização, nem interromper o desmatamento indiscriminado.

Pode parecer estranho o fato de que os movimentos pela preservação da Amazônia, e em defesa da floresta e dos índios, sejam mais fortes e atuantes nos demais Estados do país — notadamente no centro-sul — do que nos próprios Estados da região.

A explicação para este fato não pode ser encontrada apenas em nível de consciência da região.

Está embutido neste fato uma importante questão de ordem cultural. Os organismos governamentais da Amazônia têm desenvolvido intensa campanha de desinformação, com objetivo de fazer crer à população que floresta é sinônimo de atraso. Os amazônicos são constantemente levados a desconfiar que a defesa da floresta ou do índio é uma tese sutil para mantê-los no atraso econômico e social.

Os apelos a este sentimento são fortes. Todos os países mais desenvolvidos da Europa, por exemplo, estão completamente desmatados, e os Estados Unidos eliminaram, há muito, as populações indígenas.

O ex-governador das Amazonas, Gilberto Mestrinho, costumava repetir em suas aparições públicas que “esse negócio de defesa da Amazônia é coisa pra ecologista desempregado do Rio de Janeiro”. E coisas por aí afora, de tal sorte que o povo acaba tendo receio de defender a Amazônia para não ser “atrasado”.

Este tipo de comportamento de grande parte das autoridades locais e nacionais tem feito com que países tradicionalmente devastadores — como os EUA, por exemplo — se arvoresem no direito de “defender” a Amazônia. De tal sorte que não constitui novidade o fato de que historicamente a região tem despertado a cobiça internacional, especialmente de ingleses, americanos e mais recentemente japoneses.

Riquezas imensas e território desocupado despertam a cobiça

As razões dessa cobiça estão à vista de todos. Maior bacia hidrográfica e maior reserva florestal do mundo; milhares de espécies vegetais (100 mil) e animais; riqueza mineral incalculável e inexplorada; sem levar em consideração que a

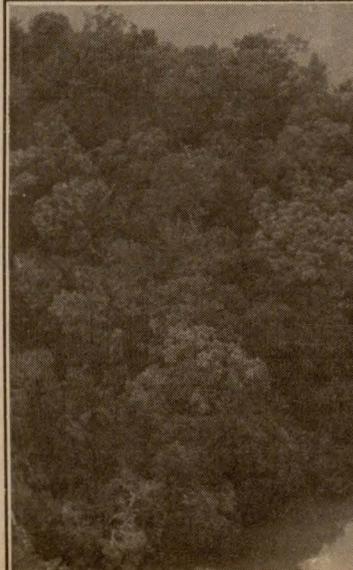
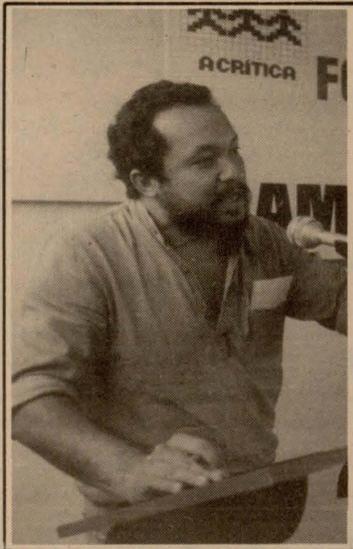
Amazônia brasileira faz fronteira com 7 países, e tem densidade demográfica, nessas áreas, de menos de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado.

Isso tudo, associado ao comportamento tradicionalmente subserviente e entreguista dos governantes brasileiros, tem feito com que volte à tona com frequência a tese de “internacionalização da Amazônia”, patrocinada pelos imperialistas.

É dessa forma que recentemente o Banco Mundial (BIRD) vem ameaçando suspender financiamentos para a região “em represália” ao assassinato de Chico Mendes, no Acre. Tal posicionamento revela-se no mínimo suspeito, quando se sabe que o BIRD é um organismo controlado majoritariamente pelos Estados Unidos. É realmente difícil acreditar que quem destruiu as florestas do Vietnã com desfolhante laranja esteja preocupado com a sorte das populações amazônicas.

O assassinato do sindicalista Chico Mendes lamentavelmente tem sido utilizado por organismos deste tipo como justificativa para relançar a tese da internacionalização da Amazônia. O que não significa dizer que não se deva protestar contra esses e outros crimes bárbaros — como o assassina-

Foto: Arquivo



to de Paulo Fonteles, por exemplo — e nem que a causa defendida por Chico Mendes não seja extremamente justa. Evidentemente há organismos e entidades que lutam de fato pela defesa da Amazônia, considerando que a região deve se desenvolver sem agredir o meio ambiente, e tendo presente a fragilidade do ecossistema, a carência de informações científicas e técnicas e as conseqüências que podem advir para as demais regiões, provocadas por um desequilíbrio na Amazônia.

Extermínio de índios, uma prática que resiste aos séculos

É bom lembrar, porém, que a violência no campo e a impunidade sistemática desses crimes na Amazônia se abate indistintamente contra posseiros, dirigentes sindicais, padres, advogados de posseiros e principalmente índios, que vêm sendo barbaramente massacrados desde os tempos coloniais, inclusive com “expedições de extermínio” — assim designadas oficialmente — patrocinadas pelos governantes da região.

Os índios são vistos como um entrave à implantação dos grandes projetos agropecuários e minerais. A presença indígena não evita, mas cria embaraços para que os minérios sejam totalmente saqueados através dos mais de 100 aeroportos clandestinos que existem na Amazônia, operados regularmente por aventureiros, grileiros, missões de certas seitas religiosas e até por autoridades constituídas.

De maneira geral as autoridades brasileiras assumem uma posição fatalista e diante da investida secular da inter-

nacionalização da Amazônia acenam com a devastação.

Governo vê devastação como saída contra interesse estrangeiro

Argumentam que a única forma de evitar que potências estrangeiras ocupem a região é integrá-la ao “desenvolvimento nacional”, no caso confundido com a implantação de grandes projetos nos moldes de Carajás, Jari, Calha Norte e até mesmo a Zona Franca de Manaus.

No fundo esses grandes projetos, especialmente os relacionados à atividade agropecuária, representam uma internacionalização na prática, na medida em que viabilizam a remessa escandalosa de importantes riquezas naturais para os países capitalistas desenvolvidos, e em que coduzem à instalação de verdadeiros “condados” estrangeiros na selva — é o caso da multinacional chinesa Manasa, que ocupa mais de 10 milhões de hectares.

Ademais, os dados científicos disponíveis sugerem toda cautela no que diz respeito à exploração da Amazônia.

Vale destacar, por exemplo, que do total das chuvas que se precipitam sobre a região 50% são decorrentes da própria evapo-transpiração da floresta, o que significa dizer que desmatamento acelerado e contínuo implicará na diminuição da precipitação pluviométrica, e conseqüentemente na redução da evapo-transpiração e do vapor d'água na atmosfera.

Quando a radiação solar incide sobre a região amazônica, a maior parte dessa energia é absorvida pela própria floresta, que a utiliza na evapo-

Foto: Arquivo

transpiração; a outra parte é absorvida pelo solo, e após transformada é emitida de volta para a atmosfera.

Como na Amazônia há uma grande quantidade de vapor no ar, esta radiação é parcialmente absorvida, fazendo com que as variações de temperatura na região sejam praticamente desprezíveis.

Se a floresta for eliminada, porém, a radiação solar incidirá diretamente sobre o solo, aumentando abruptamente sua temperatura e a energia que será liberada para a atmosfera. Como há uma relação direta entre a quantidade de árvores e a evaporação, os níveis de vapor d'água na atmosfera baixarão sensivelmente. A energia liberada não será retida na atmosfera, o que implicará o aumento das amplitudes térmicas. As temperaturas máximas serão cada vez mais altas, e as mínimas menores. Quanto maior e mais frequente for esse aumento de amplitude maior será a dificuldade encontrada pelas espécies para se adaptarem às mudanças bruscas da temperatura e sobreviver. A hipótese, portanto, de a Amazônia transformar-se em deserto não é retórica, e sim possibilidade real, cientificamente considerada.

Além disso o desmatamento indiscriminado provoca alteração na estrutura dos solos, tornando-os menos porosos e conseqüentemente suscetíveis a inundações em virtude da não-penetração da água no solo. E se a água tem dificuldade de penetrar, os reservatórios subterrâneos ficarão comprometidos, causando a diminuição gradativa do leito dos rios e igarapés.

É urgente promover um Congresso em defesa da Amazônia

Isso nos leva a concluir que a execução de qualquer grande projeto na Amazônia que não considere esta realidade está fadada a retumbante fracasso, ao mesmo tempo em que compromete o desenvolvimento e o equilíbrio ecológico da região.

É preciso ainda que esta luta não fique dispersa nem caracterizada apenas por ações isoladas. Seria de grande valia a realização de um Encontro Nacional de Defesa da Amazônia, para que se possa elaborar um plano de ação comum a todos os movimentos preservacionistas.

Engenheiro agrônomo, professor de trabalhos na Universidade do Amazonas, membro-fundador do Movimento de Defesa da Amazônia e presidente do PCdoB-AM

O governo critica a interferência estrangeira mas promove ele próprio a internacionalização, diz o professor Eron.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O país em greve contra o pacote

Centenas de milhares de panfletos, cartazes, pichações, assembléias e encontros de trabalhadores preparam a greve geral dos dias 14 e 15 em todo o país. Ao mesmo tempo, o governo, os patrões e seus agentes no movimento sindical — em especial os “sindicalistas de resultado” — buscam desmobilizar os assalariados e ameaçar os grevistas.

Segundo Sérgio Barroso, secretário-geral da Corrente Sindical Classista, “a greve é irreversível. A mobilização nacional está boa. Com destaque para as atividades de preparação no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. As capitais nordestinas devem parar. Em São Paulo e Belo Horizonte, realizam-se as últimas assembléias de categorias decisivas para a greve, principalmente os setores ligados aos transportes coletivos”.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, teve um encontro com o presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Joaquim dos Santos Andrade, e com a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, no dia 8. E reafirmou a convocação da greve: “O eixo do movimento é a reposição salarial. Sem reposição a gente não suspende a greve. A mobilização para a greve vai a todo o vapor. A Corrente Classista, a CUT e a CGT estão percorrendo o país inteiro para garantir uma ampla adesão ao movimento. E já podemos dizer que ele será maior que todas as outras greves gerais que realizamos nos últimos anos.”

Mas se os setores mais avançados estão empenhados em garantir um movimento massivo e combativo, os pelegos

Foto: Aguinaldo Zordenoni



Sérgio Barroso (da CSC, à esquerda) e Meneguelli (da CUT, ao centro): ação conjunta contra o arrocho

buscam todos os meios de sabotá-lo. Em especial os “sindicalistas de resultados”. Luiz Antônio Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mescla declarações de apoio genérico à greve com ataques aos sindicalistas da Corrente Classista e da CUT e afirmações desmobilizadoras. Seu colega, Antônio Magri, do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, não perde uma oportunidade sêquer para dizer que a greve deve ser cancelada.

O governo também investe contra a greve. Depois de negar várias vezes que o Plano Verão arrochasse salários, o ministro da Fazenda admitiu que houve perdas salariais, “mas foram insignificantes e não justificam uma greve”. A ministra Dorothea, por seu turno, multiplica as reuniões com sindicalistas às vésperas da greve, visando encenar uma “negociação de política salarial”.

Na verdade essas reuniões são “um fator de desmobilização. São desnecessárias e equivocadas”, afirma Sérgio Barroso. “Com o pacote, o gover-

no arrochou salários, impediu a reposição e ainda acabou com qualquer política salarial. Diante disso, o que há para conversar? Só tem sentido qualquer entendimento com o governo se houver reposição das perdas. Sem reposição não há conversação”, assegura o líder da Corrente Classista.

Vai se forjando a unidade na ação para a greve. Até o CGT, mesmo empenhando-se debilmente para a greve, com

exceção do Rio de Janeiro, é obrigada a reconhecer o avanço da unidade. “Os trabalhadores ficam felizes quando vêem a CUT e a CGT se reunindo para uma ação comum”, confessou Joaquim dos Santos Andrade.

Edmundo Costa Vieira, da Corrente Classista e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/Igarapé em Minas, destaca, por exemplo, as várias reuniões de sindicalistas

das mais variadas tendências visando ao êxito da greve. “Em Betim nós intensificamos a agitação, com atos na portaria da Fiat, colagens de cartazes, formação de comandos unitários etc.”

A Corrente Classista emitiu nota intitulada “Esforço máximo pela greve geral”, onde destaca que “a ABI, a OAB, a Conam, a UNE, a UBES, os partidos políticos e todos os setores democráticos e progressistas são chamados à solidariedade, envolvimento e apoio à greve geral que, pelo seu caráter, será uma importante manifestação oposicionista ao arrocho salarial, a Sarney e ao FMI”.

A CUT passou a editar um Boletim Nacional especial sobre a greve orientando: “Não trabalhe nem se dirija ao seu local de trabalho. Não faça compras. Não mande os filhos à escola. Não use condução. Não procure as repartições públicas nem abra o seu negócio. Previna-se. Faça compras antes e pague suas contas antes. Retire dinheiro do banco”.

Para os dois dias de greve, há a orientação para a organização de atividades públicas, como atos, passeatas e concentrações contra o Plano Verão, o governo Sarney e o FMI.

Foto: Arquivo



Passeata preparatória da greve em São Bernardo: ação massiva contra o governo e o FMI

Todo apoio à greve geral!

O Partido Comunista do Brasil — PCdoB — vem expressar o seu irrestrito apoio à greve geral contra o ‘pacote verão’ convocada pelo movimento sindical para os dias 14 e 15 de março. Desde o primeiro momento o PCdoB denunciou que este pacote era mais uma tentativa de descarregar sobre a população indefesa o peso das dificuldades econômicas. Nenhuma medida antiinflacionária foi adotada contra os ricos, os banqueiros, os latifundiários, os especuladores e o capital estrangeiro. O pacote baixado pelo governo Sarney provocou o maior arrocho salarial da nossa história.

O pacote é recessivo, levará à estagnação e ao desemprego.

Agravará a desnacionalização da nossa economia. E não levará à eliminação do processo inflacionário que, momentaneamente atenuado, ressurgirá com ímpeto maior dentro de pouco tempo. Por todas estas razões o pacote deve merecer o mais firme repúdio.

A greve é um direito democrático assegurado constitucionalmente. O povo não aceitará quaisquer tentativas dos patrões e do governo no sentido de impedir este direito.

O PCdoB, partido da classe operária, que orienta-se pelo socialismo científico, defende os trabalhadores, as massas populares e as personalidades democráticas e patrióticas a apoiarem a greve geral contra o ‘pacote verão’ e exigirem

que o combate à inflação seja feito penalizando os ricos e preservando os que vivem do seu trabalho.

Todo apoio à greve geral e firme repúdio ao Pacto Social que é instrumento de submissão dos trabalhadores à política do governo e dos patrões!

Reposição imediata das perdas salariais!

Não pagamento da dívida externa e dos juros respectivos!

Ampla e firme união do povo e das correntes progressistas para lutar por um novo governo democrático. Mobilização de 1989

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

CSC em debate sindical

Foi lançado no I Congresso Nacional da Corrente Classista a revista “Debate Sindical” n.º 5. Editada pelo Centro de Estudos Sindicais, a publicação teve grande receptividade entre os congressistas — 2 mil exemplares foram vendidos na ocasião. “Qual o papel da Corrente Classista no Sindicalismo” — é o tema de capa da revista, que desta forma procurou contribuir para o desenvolvimento das discussões no congresso do Rio de Janeiro.

A publicação também traz dois artigos sobre a questão do reformismo no movimento sindical, uma análise das mu-

danças ocorridas no sindicalismo após a promulgação da nova Constituição, um estudo sobre os efeitos do Plano Verão, a denúncia sobre a violência no campo, entre outras matérias. Durante o Congresso da Corrente Classista, o CES deu a largada na campanha de filiação de entidades e fortalecimento do Centro de Estudos Sindicais.

A **Debate Sindical** custa apenas NCz\$ 1,50 e pode ser adquirida na sede do CES — Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, Cep: 01050, São Paulo, fone: 37-7300.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A trajetória da 3ª Internacional

José Renato Rabelo*

Em março de 1919 reuniu-se em Moscou o primeiro Congresso da Internacional Comunista. Participaram 52 delegados, representando 35 organizações e partidos políticos da classe operária de 21 países. Este acontecimento abriu um novo período na história do movimento operário e revolucionário mundial. Numa série de dois artigos o dirigente comunista José Renato Rabelo conta e analisa a experiência histórica da III Internacional.

Neste março de 1989 comemoramos setenta anos de fundação da Internacional Comunista ou III Internacional. Oficialmente ela foi criada em seu I Congresso, em março de 1919, em Moscou. O grande dirigente e idealizador da IC, Lênin, afirma que ela foi de fato fundada desde 1918, quando um longo processo de luta contra o oportunismo e o socialchovinismo, sobretudo a partir da I Guerra, conduziu à formação de partidos comunistas em uma série de nações.

A IC é a origem do verdadeiro movimento comunista atual

Quando no início deste século os bolcheviques, com Lênin à frente, travaram na Rússia gigantesca luta teórica e prática no plano nacional contra os mencheviques e no plano mundial contra o oportunismo da socialdemocracia internacional, eles começavam a construir as bases para a existência da Internacional Comunista. Era a época que iniciava a última fase de desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo, em que a situação objetiva mudava radicalmente. O estágio mundial da revolução burguesa estava esgotado, surgia novo período dos choques abertos entre a burguesia e o proletariado, período da revolução proletária, ou seja, da preparação direta das forças e da atividade prática imediata visando a derrubada do capitalismo e a conquista do poder político pelo proletariado. Os partidos social-democratas que compunham a II Internacional tornaram-se impotentes e superados para enfrentar a nova realidade. Afastaram-se do curso revolucionário, "defendendo-se" com uma justificativa teórica anti-revolucionária. Num genial esforço teórico de desenvolvimento do marxismo nas condições do imperialismo, Lênin estabelece a doutrina e a tática da revolução proletária e desvenda as raízes ideológicas e sociais do revisionismo.

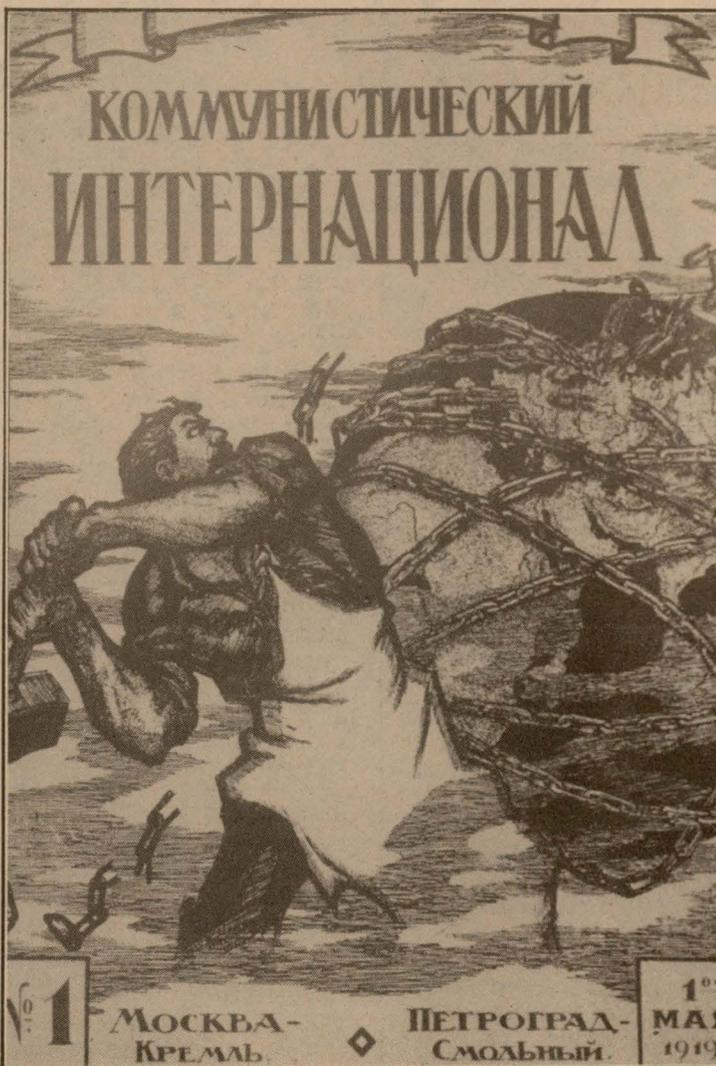
Com o desmoronamento da II Internacional no período da guerra formou-se uma tendência de direita em apoio direto aos interesses belicistas de cada burguesia européia e uma tendência de esquerda liderada pelos bolcheviques que denunciavam o caráter interimperalista da guerra e mobilizavam os operários e as massas populares para aproveitar a situação de crise revolucionária que

se instalava na Europa a fim de impulsionar a revolução proletária e conquistar o poder político para a classe operária.

Entre essas duas tendências se colocavam os centristas, representados por um teórico da estirpe de Kautsky, anteriormente marxista, e chefes da Internacional Socialista, como Longuet, Turati, MacDonald etc. Estes recitavam as posições de esquerda e agiam como a direita. A esquerda internacional liderada por Lênin era ainda bastante reduzida, constituída por pequenos partidos europeus, grupos, frações e tendências de partidos socialdemocratas. A reunião da esquerda em Zimmerwald, Suíça, em 1915, com representantes de sete países, já defendia a criação de uma nova internacional, revolucionária, proletária. A esquerda de Zimmerwald foi o embrião da Internacional Comunista e a vanguarda da transição histórica da II Internacional à Terceira.

A vitória da Grande Revolução de Outubro, vitória do leninismo sobre o revisionismo e o reformismo, depois a progressiva consolidação do poder soviético e a extensa vaga revolucionária que se propagou na Europa e no mundo, forneceram a base natural para a execução da idéia de Lênin. A Revolução de Outubro iniciava nova era na história da humanidade: época das revoluções proletárias e das revoluções libertadoras nas colônias e países dependentes, o despertar da classe operária desses países.

A Internacional Comunista surgiu no leito dessa nova realidade mundial, forjada pelo crescimento da revolução pro-



Capa do nº 1 da revista "A Internacional comunista"

letária que se desenvolvia em todas as partes a passos gigantes. A III Internacional existiu e combateu durante um quarto de século de 1919 a 1943, realizou sete congressos internacionais constituídos pelos partidos comunistas, acumulou rica experiência revolucionária, política e organizativa, foi o centro da formação dos partidos de novo tipo, comunistas.

A essência do papel da IC

É herdeiro e continuador dos ideais da Internacional Comunista o movimento revolucionário proletário de nossos dias, marxista-leninista, que vem se forjando numa longa e complexa batalha contra os novos e velhos revisionistas e

Foto: Arquivo

socialdemocratas no seio do movimento operário contemporâneo.

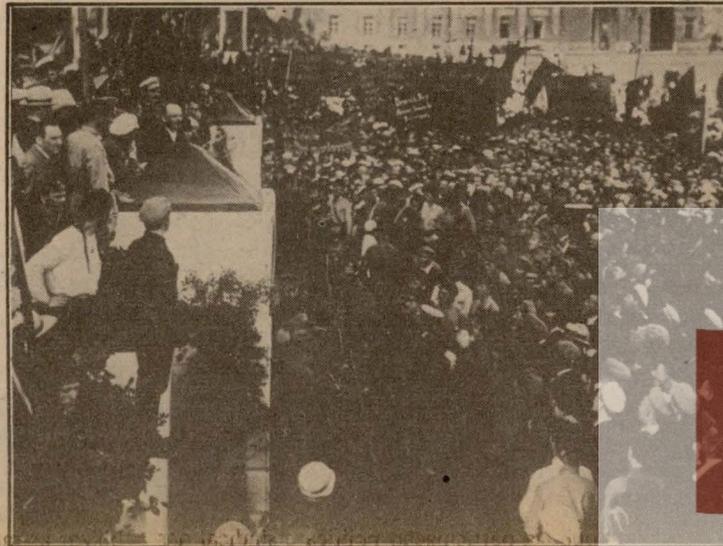
A Internacional Comunista cumpriu um papel histórico decisivo na construção do movimento operário revolucionário no plano mundial. Após o sétimo e último Congresso da Internacional a política dos partidos comunistas, por ele elaborada, conquistou grandes massas do povo durante a II Guerra, tornou esses partidos em vanguarda da luta pela derrota do nazismo. O número de militantes comunistas cresceu de quatro milhões para 20 milhões. O socialismo avançou dos marcos de um só país para constituir um sistema mundial. O movimento comunista, com a União Soviética à frente, transformou-se na força política mais ampla, mais prestigiada e mais organizada no mundo.

A Internacional ensinou o marxismo-leninismo à extensa massa de trabalhadores e educou os comunistas de todos os países no sentido do internacionalismo proletário. Com o crescimento e consolidação dos partidos comunistas e amplitude da luta revolucionária numa realidade em que as diferenças e particularidades de cada país tinham que ser melhor enfrentadas, a Internacional Comunista criou as condições para seu próprio desaparecimento. A forma de organização internacional que

havia respondido no período inicial às necessidades do movimento revolucionário nascente, poderia tornar-se em outro momento um entrave. Os partidos comunistas já eram suficientemente capazes de conduzir a luta em todas as frentes em seus países, sem a necessidade de um centro mundial. Já existia o exemplo da dissolução da Associação Internacional dos Trabalhadores por Marx em 1872, que demonstrava desse modo não existir formas de organização fixas ou permanentes, sendo estas subordinadas aos interesses fundamentais do movimento operário e resultado de uma situação histórica concreta.

Assim, a III Internacional foi dissolvida em maio de 1943, durante a guerra, numa fase de ofensiva das forças antinazistas, após ampla consulta ao conjunto do movimento comunista. É imenso o legado deixado pela Terceira Internacional aos verdadeiros revolucionários. Esse legado se reveste de maior importância e atualidade no mundo de hoje, quando os revisionistas contemporâneos, desde os anos 50, retomando os esfarrapados princípios da socialdemocracia do começo do século, encobertos de vistosa roupagem e variada sofisticação, voltaram a atacar a doutrina imortal da revolução proletária, o marxismo-leninismo, engrossando a barricada da burguesia na luta anti-revolucionária e anti-socialista.

A Internacional Comunista tem o seu lugar na história por sua origem, contribuição e existência consagrada à conquista do poder proletário pela revolução dirigida pela classe operária, à construção do partido autenticamente revolucionário e internacionalista e à luta constante nas duas frentes: contra o oportunismo de direita e contra o esquerdismo e sectarismo. Podemos dizer que a essência da existência e do papel da Internacional Comunista reside nessas questões. Os "21 Pontos" aprovados no II Congresso como exigência básica para filiação dos partidos comunistas à Internacional, expressam de maneira concentrada os princípios da revolução e do poder proletário, de uma vanguarda capaz de dirigir a classe operária ao poder socialista, o partido marxista-leninista, e de uma linha política justa, com um núcleo dirigente que se consolide na luta contra os desvios à direita ou à "esquerda". No próximo número vamos abordar mais detalhadamente essas questões essenciais.



Comício internacionalista em Moscou

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

A opressão nacional

Rogério Lustosa*

A Iugoslávia está em pé de guerra. Tanques e soldados fortemente armados são mobilizados para salvar o país de um suposto complô dos comunistas albaneses para incorporar a região de Kosovo, onde residem cerca de um milhão de cidadãos de origem albanesa.

Dividir e reinar

Ao longo da história nenhum ato concreto nesta direção foi registrado. Mas, pelo contrário, já houve até a tentativa explícita da Iugoslávia colocar a Albânia como mais uma de suas repúblicas federadas — além de chantagens documentadas, movimentação de tropas etc. dirigidas contra o corajoso país socialista.

Mas qual é o fundo do problema? É a comprovação da incapacidade dos que se orientam pelas regras do capital respeitarem as nacionalidades. No caso, o egoísmo burguês dos ambiciosos magnatas sérvios mostra-se inconformado com a reivindicação legítima dos cidadãos albaneses residentes na região de Kosovo, de obter a condição de república autônoma, dentro da federação iugoslava.

O capitalismo precisa dividir os povos para melhor oprimi-los. Negros e brancos ou amarelos. Até homens e mulheres. Na Iugoslávia, todas as nacionalidades, sérvios, macedônios, croatas, desde a criação da federação, gozam da condição de repúblicas. Porque os albaneses são "indignos"?

Êxitos ao lado

Mas Kosovo tem muitas riquezas. Os albaneses lá residentes são oprimidos e recebem salários menores, têm condições de vida muito piores que outras nacionalidades. Servem portanto para enriquecer mais facilmente os exploradores sérvios

vios principalmente. Que não aceitam perder tão ricas oportunidades de lucros.

Ao lado disto, tanto os kosovares como todos os trabalhadores iugoslavos, massacrados por uma crise sem precedentes, não podem deixar de olhar com esperança e entusiasmo para o vizinho socialista. Enquanto nas condições capitalistas a população iugoslava padece, na Albânia não há inflação nem desemprego, as diversas nacionalidades vivem em harmonia, desenvolvem suas culturas. Os trabalhadores são donos do país e melhoram a olhos vistos suas condições materiais e espirituais.

O movimento, pode-se dizer de fanatismo nacional, contra os albaneses de Kosovo adquire duas conotações básicas: opressão de um povo e ofensiva anti-socialista. Por isso, para justificar o ódio contra a justa causa de autonomia de Kosovo, o governo central, e a república sérvia em particular, argumentam com um fantasioso complô para separar a região e incorporá-la à Albânia.

Os trabalhadores brasileiros precisam informar-se a respeito e manifestar sua solidariedade militante aos trabalhadores agredidos. Aqui, com justa razão levantam-se protestos enérgicos contra o massacre dos índios. Mas os meios de comunicação burgueses jamais iriam deixar entrever que os dois casos, ressalvadas evidentemente as grandes diferenças de cada situação, têm um fundo comum: a cegueira do capital contra os mínimos direitos nacionais dos povos.

O episódio tem um aspecto educativo. Os trabalhadores que lutam por sua emancipação social só podem marchar para uma sociedade mais avançada se levantam as vistas, olham a batalha de alcance internacional. Hoje, o proletariado e os povos oprimidos são parte de uma mesma frente mundial contra a opressão imperialista, vale dizer burguesa, em todo o globo.

*Da Direção Nacional do PCdoB

A linha política do PCdoB

Foi publicado pela Editora Anita Garibaldi o livro "A política revolucionária do Partido Comunista do Brasil", contendo as resoluções do 7º Congresso realizado em maio de 1988 e as mensagens enviadas pelos partidos marxistas-leninistas irmãos de vários países. O livro é ilustrado com fotos relativas ao evento.

Os documentos do 7º Congresso traçam um retrato vivo do Partido em movimento, abordam importantes problemas teóricos da atualidade, apontam questões estratégicas da luta de libertação do povo brasileiro e definem claras orientações para assuntos candentes no Brasil. Tratam em particular de problemas táticos e estratégicos em função da "encruzilhada histórica" em que se encontra o país.

Merece especial atenção o "Informe Político" apresentado ao Congresso pelo camarada João Amazonas, em nome do Comitê Central. Sob o título "O Brasil numa encruzilhada histórica", este documento representa a atualização e a formulação, num nível superior, da linha política do partido do proletariado brasileiro. O "Informe Político" se debruça sobre os mais importantes problemas da realidade nacional e internacional, dissecando a crise do mundo burguês em seus aspectos político, econômico, social e moral, comenta as lutas operárias e populares no mundo, desnuda as diretrizes contra-re-

volucionárias da burguesia e denuncia a campanha anticomunista. "Nunca como nos dias atuais" — aponta o documento — "gastou-se tão grandes recursos e convocou-se tantos mercenários da pena para atacar o comunismo e desacreditar a teoria revolucionária da classe operária".

Ainda na parte internacional, o "Informe Político" ao 7º Congresso avança importantes conclusões que a vanguarda revolucionária do proletariado precisa levar em conta a fim de melhor orientar a luta dos povos pela emancipação nacional e social. "O capitalismo" — diz o documento — "não consegue sair do atoleiro em que se meteu" (...) "Apesar disso" — prossegue — "não há presentemente ascenso revolucionário. Vive-se um período de descenso que vem desde os retrocessos verificados na União Soviética e na China. Não ocorrem poderosas ações revolucionárias em confronto com o regime da burguesia. Acumulam-se, porém, fortes elementos de crise revolucionária que podem, em diferentes países, transformar-se em verdadeiro ascenso da revolução. Objetivamente, amadurecem condições favoráveis à eclosão de lutas revolucionárias."

O "Informe Político" detém-se ainda na análise da crise institucional e política do Brasil, aponta seu caráter estrutural, analisa o estágio atual de desenvolvimento do movimento ope-

rário e popular e formula a orientação tática e as principais tarefas do Partido. O documento fundamental do Congresso traz ainda um capítulo dedicado à análise do papel da socialdemocracia — "a serviço do capitalismo" e da chamada perestroika, verdadeira "contra-revolução revisionista".

É de destacar também no livro recentemente lançado pela Editora Anita Garibaldi a publicação na íntegra do Programa do Partido, precedido de um Informe, didático, profundo e bem fundamentado de autoria do membro da Direção Nacional, José Renato Rabelo.

O livro traz ainda o informe sobre questões organizativas e, em especial, os Estatutos, apresentado pelo membro da Direção Nacional, Dynéas Aguiar.

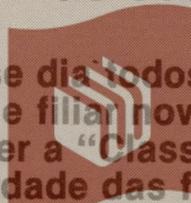
Intervenções especiais realizadas durante o Congresso sobre Agitação e Propaganda, Educação Comunista, a Frente Sindical, a Atividade Parlamentar, o Trabalho com a Juventude e a Luta pela emancipação da mulher, completam as orientações centrais elaboradas pela Assembléia máxima dos comunistas e estão publicadas na íntegra no livro "A política revolucionária do PCdoB".

O livro tem 224 páginas e custa NCz\$ 7,00. Pedidos com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi. Rua Borrorós, 51, 1º andar. São Paulo-SP. CEP: 01320. Tel. 278-3220.

25 de março

Dia Nacional de Mobilização Partidária em homenagem ao Aniversário do PCdoB e ao seu programa na TV

Nesse dia todos os militantes devem sair às ruas e filiar novos aderentes ao Partido, vender a "Classe" distribuída pela Fundação Maurício Grabois à unidade das forças populares e discutir os temas do programa de televisão.



CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Transformar idéias em ação prática

Rogério Lustosa*

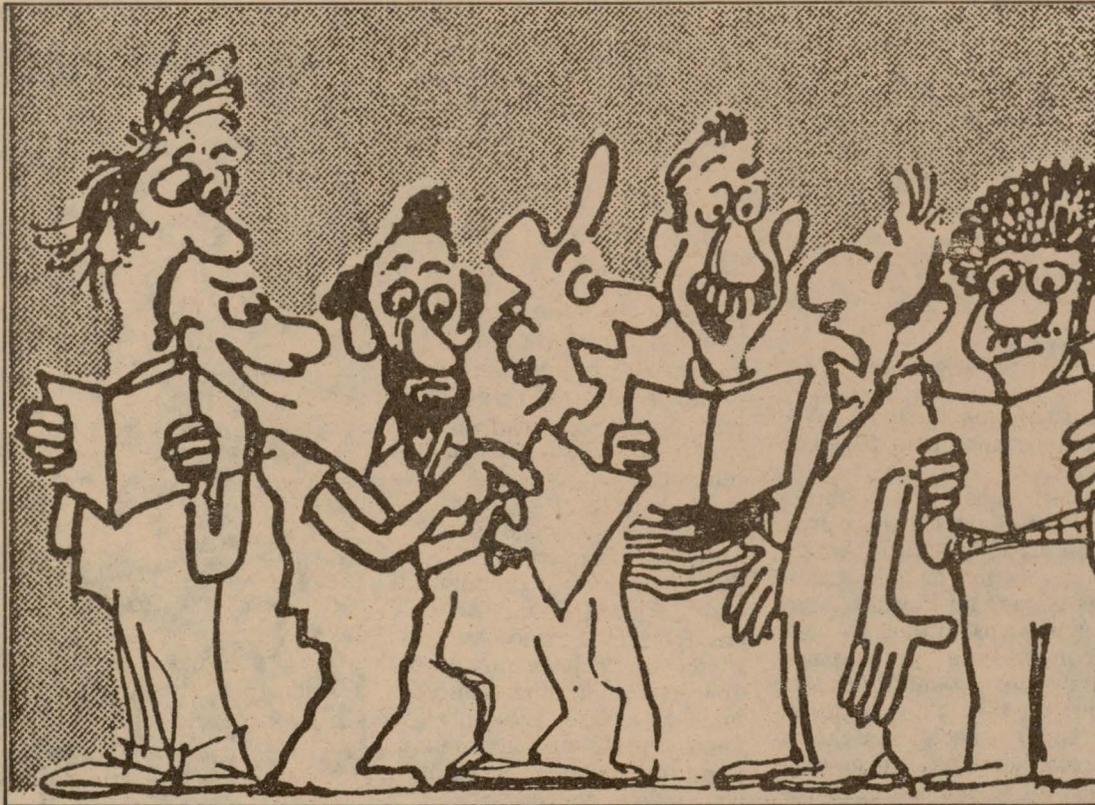
Os esforços para melhorar e ativar a agitação e a propaganda continuam na ordem do dia. É o que ressalta o responsável pelo setor em nível nacional.

Mil iniciativas para convencer. Esta é a preocupação da nossa agitação e propaganda. No combate de idéias, o apego à rotina, o conservadorismo, a conduta burocrática, são coisas intoleráveis. Além da convicção no que prega, o comunista joga todo seu entusiasmo na atividade de difundir e discutir as orientações revolucionárias.

Distribuir folhetos, vender o jornal, fazer um discurso, podem ser atos de grande importância. Mas podem também limitar-se a um processo meramente formal, de pouco efeito, cansativo e monótono.

No momento em que o Partido aponta a necessidade de se forjar uma poderosa frente popular para derrotar as oligarquias na sucessão presidencial e impulsionar um movimento irresistível pelo progres-

so, pode-se admitir que os militantes sintam-se satisfeitos com a mera distribuição da



nota do Comitê Central? E, mais grave ainda, como compreender que, em alguns locais, embora o número de folhetos impressos tenha sido relativamente pequeno, ainda tenha sobrado material?

Entregar um papel impresso é apenas um gesto inicial. O organismo que planeja a ação deve se perguntar: e agora, como fazer para que os trabalha-

dores que receberam o panfleto discutam o assunto e se convençam de que o conteúdo lhes interessa? A própria apresentação gráfica do folheto é boa? A distribuição foi feita de forma a chamar a atenção? É possível organizar reuniões, na porta da fábrica, no bairro, em alguma entidade para discutir o assunto? O sindicato pode promover um debate com a presença dos partidos de esquerda? O que mais pode ser feito para difundir e convencer?

Os militantes, dentro da fábrica, tratam de colar o manifesto no mural (onde existe) ou na porta do banheiro, se necessário. Planejam o papo com os colegas na hora do café, no almoço ou em visitas de casa em casa. Procuram as lideranças naturais do povo para conversar e apresentar o ponto de vista dos comunistas.

A célula precisa se reunir para avaliar os resultados. O Comitê Distrital cobre e planeja novas atividades. A tarefa não se encerra senão quando o objetivo for alcançado. Lênin alerta: "Quanto mais profunda é a transformação que desejamos fazer, tanto mais se deve elevar o interesse por ela e a atitude consciente diante dela, tanto mais se deve convencer desta necessidade a novos milhões e dezenas de milhões."

A propaganda e a agitação têm como objetivo formar a opinião pública e transformar a elevação da consciência política em movimento de massas. Dirige-se ao povo com argumentos científicos e dados da realidade. Convida o trabalhador a raciocinar e tirar conclusões. Mas, ao mesmo tempo, mexe com suas emoções e sentimentos, impulsiona para que

a lógica das idéias se concretize em ações práticas.

Tais resultados não podem surgir de um trabalho desinteressado, de quem trata de se desvencilhar logo de um fardo. Em primeiro lugar, o próprio militante precisa convencer-se do que está fazendo. Ler o manifesto que distribui e discutir no seu organismo o significado das propostas que contém. Ler o jornal que vai vender e verificar como a sua leitura é importante para compreender a realidade. Capacita-se, inclusive, para criticar o jornal do Partido se este não for capaz de espelhar com vivacidade o pensamento dos comunistas. Estudar o que vai falar no sindicato ou no comício relâmpago na praça ou na porta da fábrica. Interessar-se pelo que está propagandeando.

Uns imaginam que basta ter garra. Outros só tratam do as-

pecto teórico. Os primeiros deixam de lado a condição de vanguarda. Os outros tornam-se chatos, pedantes. Novamente Lênin é quem diz: "Sem emoções humanas não houve jamais, e não pode haver busca da verdade pelo homem." O militante comunista trata de estudar a política e a teoria marxista-leninista e lança-se apaixonadamente na luta. Adapta as mensagens do Partido à conjuntura e à realidade de cada local onde atua. Cuida dos princípios aferrado à vida.

Fala-se muito em elevar a um novo patamar a nossa agitação e propaganda. Mas apenas repetir esta recomendação mecanicamente não leva a nada. Da Direção Nacional às bases, a revolucionarização desta frente de trabalho exige grande dedicação, gente especializada, trabalho permanente e sistemático, muita iniciativa. Nossa tarefa não se resume a elaborar documentos, panfletos, programas de TV. Precisamos fazer com que tais materiais cheguem ao povo, sejam compreendidos por ele, discutidos pelas massas e, aí é que está a chave, que as idéias do Partido aceitas e assimiladas, transformem-se em ação revolucionária de massas.

Estas são tarefas de todo o Partido. Os responsáveis de agitação e propaganda, em todos os níveis, devem encontrar as melhores formas para que o conjunto seja corretamente mobilizado e tenha em mãos instrumentos convincentes. Todo comunista é um propagandista e agitador, um organizador de massas.

Dia 23 o Partido terá mais uma oportunidade de falar, pela TV, a milhões de pessoas de uma só vez. Na divulgação do programa e no esforço para tirar proveito dele nosso empenho na propaganda será testado.

*Da Direção Nacional do PCdoB



PCdoB NA TV

1. No próximo dia 23 de março, às 20h30 minutos, teremos, em rede nacional, o programa nacional de TV do PC do B.

O coletivo partidário deve participar ativamente da divulgação deste acontecimento e, no dia da transmissão, tirar o maior proveito.

2. Através de cartazes, panfletos, pizações, mobilizar os trabalhadores para assistirem ao programa. Concentrar em fábricas, escolas e bairros onde temos maior influência. Procurar também espaço na imprensa local.

3. Os militantes não podem, no dia 23, limitar-se a assistir ao programa em casa. Procurar organizar pequenas reuniões, onde amigos, colegas de trabalho, assistam conjuntamente e possam trocar idéias sobre as posições do partido. Onde for possível, providenciar telões.

No mínimo, convidar as pessoas para assistirem na casa de alguém que tenha um bom aparelho de TV e uma sala mais ampla.

4. Providenciar importante e mobilizar os amigos que tenham aparelhos de vídeo para tirarem cópias do programa.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A síndrome de Caracas

Antonio Martins

Os conservadores comemoram supostos êxitos do "Plano Verão", e fecham os olhos para o essencial: o pacote continua conduzindo ao caos econômico, e a um impasse político de proporções incalculáveis.

1. Da necessidade de ser otimista

De uma maneira ou de outra, com maior ou menor grau de entusiasmo e de convicção, os conservadores encontraram motivos para festejar quando o IBGE anunciou, em 28 de fevereiro, o índice de inflação oficial do mês — 3,6%.

O presidente Sarney foi, outra vez, o mais eufórico. "É um número baixíssimo", exclamou ele ao receber a notícia. Pouco depois, na "Conversa ao pé do rádio" do dia 3 de março, procurou demonstrar uma confiança ainda mais sólida. Afirmou que já esperava o resultado, pois o governo "aprendeu muito com os planos anteriores". Disse ainda que os problemas de desabastecimento diminuíram, que as exportações continuam crescendo e que o nível de desemprego "é baixo". E arrematou declarando que o Plano havia vencido seu obstáculo mais difícil: a falta de confiança. Diante do "grande resultado" de fevereiro previu, a tendência seria a dissipação das incer-

2. Uma cilada para Mailson da Nóbrega

"A hiperinflação pode estar mais próxima hoje do que estava no início do choque econômico." O professor Marcus Cintra Cavalcanti de Albuquerque, da Fundação Getúlio Vargas, usou estas palavras, no final de fevereiro, para concluir um artigo em que descrevia a terrível armadilha em que o governo se enfiou ao tentar combater a alta dos preços sem eliminar suas causas.

O pensamento econômico conservador vê a inflação brasileira não como resultado do pagamento das dívidas externa e interna, e sim como consequência de uma suposta "hipertrofia" do Estado — da tendência natural que os órgãos públicos e empresas estatais teriam para realizar mais obras do que é necessário, e pagar salários abusivos. Concebida com base nessas idéias, a Medida Provisória nº 32, que gerou o "Plano Verão", incluía duas decisões de impacto relacionadas com as contas públicas.

tezas com que o pacote foi recebido no momento de sua decretação.

Entrevistado pela "Folha de S. Paulo" no dia 5, o presidente da Fiesp, Mário Amato, procurou ser mais cauteloso nos elogios ao governo e nos prognósticos otimistas. Não escondeu sua preocupação com certos desequilíbrios, que ninguém sabe até quando poderão ser represados, e chegou a reconhecer que "o governo quebra" se não conseguir baixar rapidamente a taxa de juros. Mas acabou revelando, em determinado ponto da conversa que acima de tudo torce para o "Verão" ser bem sucedido. Explicou que neste eventual sucesso concentram-se suas esperanças de que as eleições de 15 de novembro não sejam vencidas por um candidato de esquerda, comprometido com mudanças profundas nas estruturas do país.

Foi como se relançasse, quase três anos depois, a frase que foi sucesso nos tempos do Plano Cruzado: "Tem que dar certo!"

A primeira delas foi um corte drástico nos investimentos estatais. O Poder Executivo foi autorizado a reformular o Orçamento da União para 89, de modo a reduzir substancialmente as dotações aos ministérios. O ministro Mailson da Nóbrega e o presidente Sarney repetiram várias vezes que estava estabelecido, enfim, o princípio de que o Estado iria gastar "apenas o que arrecadasse".

A segunda decisão representava, ironicamente, a completa negação deste princípio. Um dos parágrafos da Medida 32 estabelecia que a regra poderia ser quebrada quando o governo tivesse necessidade de fazer frente ao pagamento dos juros da dívida interna. Os conservadores apoiaram a ressalva, pois afirmavam que ela era a única maneira de evitar o que chamam de "explosão do consumo". Com o congelamento, diziam, o povo e as empresas tendem a comprar muito, o que causa uma pressão para o aumento dos pre-

ços. Mas se o governo oferecesse "provisoriamente" taxas de juros compensatórias todos seriam tentados a manter o dinheiro aplicado, e obter grandes rendimentos.

A receita foi seguida à risca. Em 18 de janeiro, quando o mercado financeiro voltou a funcionar depois dos dois dias de feriado bancário que se seguiram ao choque, o governo passou a pagar juros de 25% ao mês para os recursos depositados no "overnight" ou nas cadernetas de poupança. "Ao invés de colocar os juros na Lua, o Banco Central usou Saturno ou Urano como referência", comentou o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros. E ele tinha razão. As taxas oferecidas projetavam para os aplicadores um rendimento de mais de 1.000% ao ano, algo descomunal, principalmente num momento em que os preços estavam congelados.

Surgiram de imediato suspeitas de que o Tesouro não poderia sustentar por muito tempo aquelas taxas. E isso chegou a ser reconhecido pelo próprio ministro Mailson da Nóbrega. Em entrevista à "Folha de S. Paulo", no dia 12 de fevereiro, ele afirmou que o governo poderia manter o mesmo patamar de juros durante aquele mês, com possibilidade de "entrar em março". "Até o final de março?", perguntou o repórter. "Ninguém sabe ainda", respondeu o ministro.

E de fato o governo fez algumas tentativas isoladas para baixar as taxas. Os resultados foram os mais desalentadores. No início de fevereiro, quando pareceu que o *overnight* poderia passar a render um pouco menos, houve uma rápida corrida ao ouro e ao dólar no mercado paralelo, que foi cotado 70% acima de seu valor oficial. Para deter esta corrida, e desfazer a impressão de perda do controle monetário, o Banco Central foi obrigado a pagar juros não mais de 25, e sim de 27,5% ao mês.

O mês de fevereiro e a primeira semana de março se passaram sem que surgisse um único sinal de que seria possível pôr fim à "provisoriamente" dos juros altos. Apareceram, ao contrário, sintomas de que a saída proposta pelos conservadores para impedir a "explosão do consumo" estava conduzindo na verdade a um desequilíbrio financeiro sem precedentes na história do país.

A própria "Folha de S. Paulo", que defendeu com insistência a política dos juros estratosféricos, foi obrigada a reconhecer, em editorial do



Caracas explodiu, pressionada pela dívida. O "Plano Verão" põe o Brasil no mesmo rumo.

dia 5/3, que o custo desta política atingiria, apenas nos três primeiros meses do ano, o montante de NCz\$ 14 bilhões, enquanto o total recolhido através de impostos pelo Estado, para fazer frente a todo o tipo de despesa, não passaria dos NCz\$ 5 bilhões. Ficava claro o completo fracasso do receituário do governo para "não gastar além do que fosse arrecadado".

Esta não era, contudo, a única dificuldade. Ao fixar taxas de juros além de qualquer limite razoável, o governo atraiu para o *overnight* um volume de recursos ainda maior e mais potencialmente desestabilizador do que já havia antes do "Plano Verão". No dia 15 de janeiro, quando foi decretado o "choque", giravam por este mercado aproximadamente 33 bilhões de dólares a cada dia, segundo cálculos da "Gazeta Mercantil". Em 20 de fevereiro o montante já havia chegado a 40 bilhões de dólares, evoluindo a seguir para US\$ 54,28 bi, em 6 de março.

A acumulação de uma soma como esta, que equivale a mais de dez vezes o total de moeda em circulação, transforma o governo em autêntico prisioneiro dos aplicadores. Na prática, as taxas de juros passam a ser fixadas por eles, e não mais pelo Banco Central, tornando a qualquer ameaça de reduzir a remuneração do *overnight* pode surgir um movimento pa-

ra resgatar os títulos públicos, o que inundaria a economia de dinheiro e concretizaria a ameaça de hiperinflação a que o professor Cavalcanti de Albuquerque se refere.

Um artigo publicado por Luiz Antonio de Oliveira Lima, outro professor da Fundação Getúlio Vargas, demonstrou no dia 23/2 que se as finanças do país chegassem a este impasse foi precisamente devido ao erro crasso que os conservadores cometem quando falam sobre as causas da inflação brasileira. Luiz Antonio, que com suas idéias reforça opiniões há muito tempo sustentadas pelos economistas progressistas, demonstrou que as despesas do governo com investimentos e salários jamais foram a causa do déficit público. De janeiro a novembro de 1988, por exemplo, o governo gastou com estes itens 0,8 trilhão de cruzados a menos do que arrecadou com impostos.

Em contrapartida, as despesas financeiras, representadas principalmente pelo pagamento de juros, chegaram a 3,7 trilhões de cruzados, desequilibrando brutalmente o Orçamento. Ao imporem a elevação das taxas de juros afirmaram, portanto, recebendo o veneno, e não o bálsamo, da economia brasileira.

3. Onde se vê o tamanho do buraco

No dia 1º de março o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Inpes) da Seplan divulgou dados que se analisados em profundidade contribuem para demonstrar ainda mais claramente a inconsistência das idéias da direita a respeito das causas da inflação e da crise. Neste caso os números não se referem a períodos de meses ou anos, mas de décadas.

O Inpes estava preocupado em levantar dados sobre a velocidade em que se dá o crescimento econômico do país desde 1970; e em entender de que forma os investimentos feitos num determinado período contribuem para viabilizar, logo em seguida, uma aceleração no ritmo de desenvolvimento. Queria saber, por fim, se é possível estabelecer, com base nas informações disponíveis hoje, prognósticos acerca do desempenho econômico da década de 90.

Os resultados não poderiam ser mais eloqüentes. O estudo demonstra que o período que se inicia em 1980 e que se prolonga até os dias de hoje registra uma redução súbita das taxas de crescimento econômico. O Produto Interno Bruto, índice que expressa a grosso modo a quantidade de mercadorias e serviços produzidos pelo país, costumava crescer, desde o fim da Segunda Guerra, à razão de 7% ao ano, em média. Nos anos 70 este número chegou a 8,69%. Mas a partir do início da década de 80 o índice cai para modestíssimos 2,39% ao ano. Se for deduzido dessa cifra o crescimento que é obtido automaticamente graças ao aumento populacio-

nal, então a taxa cai para zero por cento ao ano.

Os dados relativos aos níveis de investimento são tão impressionantes como estes. Durante a década de 70 o país investia em média, ao ano, aproximadamente 23% de seu Produto Interno Bruto. A partir de 1981 este índice cai vertiginosamente, até chegar a 15,7% em 84. Recupera-se um pouco em 85 e 86 e volta a cair. Em 1988 atingiu apenas 16,1%. É o terceiro pior índice, desde 1970.

Mas os cálculos do Inpes tornam-se especialmente reveladores quando associados a uma outra variável extremamente importante da economia: o pagamento da dívida externa. Porque aí então pode-se perceber que a redução dramática de nível de investimentos e do crescimento econômico coincide exatamente com o período em que, pressionado por uma alta das taxas internacionais de juros, o pagamento da dívida assumiu proporções nunca antes registradas. Apenas entre 1983 e 88 o Brasil remeteu aos credores externos aproximadamente 80 bilhões de dólares.

O pagamento dos juros é, portanto, um fator que paralisa a economia brasileira desde o início da década. O estudo do Inpes chama a atenção, em um de seus trechos mais importantes, para as conseqüências que este fenômeno traz não apenas no presente, mas também no futuro imediato. A redução da taxa de investimentos — diz — pode comprometer o desempenho da economia até os primeiros anos da década de 90.

4. Sem dinheiro para receber dinheiro

No último dia 3 de março o jornalista Paulo Francis foi mais uma vez alvo de grandes atenções. Uma matéria redigida por ele, e transformada pela "Folha de S. Paulo" na manchete do dia, interpretava de maneira no mínimo original a polêmica entre o governo brasileiro e o Banco Mundial (BIRD) pela liberação de empréstimos para vários projetos. Paulo Francis afirmava que o Brasil tinha à disposição, para usar a qualquer momento, um crédito de 5 bilhões de dólares, oferecido pelo BIRD. A quantia apenas não havia sido liberada ainda devido ao despreparo e à incompetência do funcionalismo público do país. Pois técnicos de escalões intermediários da administração estariam retardando ou apresentando de forma inepta os projetos que seriam contemplados com financiamento. E o Banco Mundial

se recusava a soltar dólares para programas que sequer lhe haviam sido expostos decentemente.

Certamente seria ótimo para os conservadores se houvesse algo de correto nas idéias de Paulo Francis. Conseguir mais empréstimos no exterior, e continuar tocando em frente o modelo econômico que vigora há quase três décadas no país seria algo tão simples como... substituir meia dúzia de servidores relapsos.

Mas às vezes é preciso estudar um pouco mais profundamente para encontrar as verdadeiras causas dos problemas.

A Medida Provisória 32 determinou, como se viu anteriormente, que o Orçamento Geral da União para 89 fosse inteiramente reformulado. De acordo com os princípios do "Plano Verão" o governo pode esbanjar rios de dinheiro no

pagamento de juros, mas precisa restringir a menos que o mínimo indispensável os investimentos e os gastos com salários.

O homem encarregado de preparar a nova versão do Orçamento, para que possa ser remetida nos próximos 30 dias ao Congresso, é Pedro Pullen Parente, titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do governo federal. Nos últimos dias ele tem dado segundas declarações à imprensa a respeito dos objetivos de seu trabalho.

"Reconheço que os cortes serão brutais", disse Pullen à "Gazeta Mercantil". E as primeiras propostas de modificação anunciadas correspondem inteiramente a esta declaração. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, órgão responsável pela maior parte dos levantamentos econômicos e demográficos do país, deveria receber este ano NCz\$ 24,7 milhões. Ficará reduzido a NCz\$

13,5 milhões, o que levará à paralisação de boa parte das pesquisas.

A redução de investimentos também atingirá diretamente programas sociais importantíssimos. A Companhia de Saneamento Básico de S. Paulo (Sabesp) é uma das vítimas. Ela desenvolve atualmente um projeto para manter em condições razoáveis a coleta de esgotos na Grande S. Paulo, e contava em 1989 com um crédito de 200 milhões de dólares da Caixa Econômica Federal para realizar as obras necessárias ao plano. Com a perspectiva de cortes o empréstimo foi cancelado, e o presidente da Sabesp, Gastão Bierrembach, anunciou no dia 3 que o serviço de esgotos na região em que a empresa atua "corre sério risco de deteriorar-se a curto prazo".

E aqui entra, novamente, a polêmica a respeito das declarações de Paulo Francis. No dia 6 de março, Clodoaldo

Huguenay, responsável pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento acabou revelando o real motivo da não-utilização dos 5 bilhões de dólares do BIRD. É algo menos "espetacular" que a "denúncia" publicada pela "Folha". Mas sem dúvida revela, com muito maior crueza, as dimensões da crise a que chegou o país com o pagamento das dívidas externa e interna.

Há, de fato, dinheiro disponível. Com um detalhe. O Banco Mundial só empresta dólares em regime de "contrapartida". O país devedor precisa aplicar, no projeto que receberá os recursos, soma igual à emprestada. Os sucessivos cortes de investimentos públicos, agora agravados com o "Plano Verão" deixaram o Estado brasileiro sem condições de cumprir as "contrapartidas". Em outras palavras, sem dinheiro até para receber dinheiro.

5. Em que o Brasil parece com a Venezuela

Na semana passada um terremoto político abalou a Venezuela.

O presidente Carlos Andrés Pérez, eleito vinte dias antes com propostas de mudança, adotou medidas que significavam a manutenção dos compromissos com a dívida externa, e penalizavam duramente os trabalhadores. A população levantou-se em enérgicos protestos. Pérez apelou para o Exército, que promoveu um massacre. Pelo menos 500 populares foram assassinados.

Venezuela, Brasil, de resto quase todos os países da América Latina parecem viver situações políticas que guardam semelhanças fundamentais entre si.

A dívida externa estrangula a todos, é sepultou em toda

parte a esperança de superar o atraso, as condições de vida miseráveis e a dependência. Segundo reconheceu o próprio Bank of America em 4/3 o pagamento dos juros consumiu, em 1988, 51,8% de todas as exportações latino-americanas. Em 1990 esta fatia deverá crescer para 53,2%.

Depois de uma longa noite de ditaduras, o povo conquistou certas liberdades, certo espaço para debater e influir na vida política. Em pelo menos cinco dos maiores países da região — Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Brasil — haverá este ano eleições diretas para presidente. A dívida e mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais profundamente injustas deverão ser,

nesses pleitos, temas obrigatórios.

Chama a atenção também, em todo canto, a impotência das classes dominantes para romper com a dominação estrangeira, e para eliminar os entraves ao desenvolvimento. Na Venezuela o sr. Andrés Pérez ordena a chacina de seu povo; no Brasil o sr. Mário Amato assiste ao desmoronamento da economia e continua torcendo para que tudo "dê certo".

Talvez por isso os acontecimentos da capital venezuelana tenham impressionado tanto os brasileiros. Talvez por isso muitos tenham murmurado, ao assistir pela TV as cenas da revolta popular em Caracas que "alguma coisa tem mesmo de acontecer".



Kosovo sob ocupação militar

Kosovo, a região de população albanesa da Iugoslávia, está ocupada militarmente. Foi a resposta do governo de Belgrado às manifestações dos kosovares exigindo o respeito ao seu direito constitucional de formar uma república dentro da federação e o fim da opressão nacional sérvia.

A ocupação da província, cuja maioria da população é de etnia albanesa, ocorreu no dia 27 de fevereiro. Tanques, carros blindados, aviões de combate e tropas foram enviadas da Sérvia (o Estado a que Kosovo está ligada) para Pristina e outras cidades da região.

Os acontecimentos foram em decorrência da greve de mineiros kosovares-albaneses exigindo a demissão de três dirigentes da chamada "Liga Comunista" (o partido revisionista iugoslavo) por sua ação racista. Os dirigentes eram de origem sérvia. A greve durou oito dias e só foi encerrada com a demissão dos chauvinistas sérvios.

Assim que a notícia das demissões chegou a Belgrado, o governo iugoslavo mandou

cancelá-las e convocou uma manifestação contra a população albanesa. A agência oficial anunciou que 500 mil pessoas participaram do ato chauvinista. "Kosovo é da Sérvia" era a principal palavra-de-ordem. Kosovo tem 1,7 milhão de habitantes de origem albanesa e 200 mil sérvios...

Slobodan Milosevic, dirigente iugoslavo que tem se notabilizado pelo ódio aos albaneses e por suas conclamações chauvinistas, prometeu "prender e punir os grevistas albaneses". De fato, mais de 50 albaneses kosovares foram presos logo no início de março.

Apoio aos albaneses

Mas as coisas não estão fáceis para os nacionalistas sérvios. Os governos das repúblicas iugoslavas da Eslovênia e da Croácia apoiaram as justas reivindicações kosovares e acusaram Milosevic de "tentar criar uma Iugoslávia dominada pelos sérvios". O Sindicato

dos Escritores da Croácia chegou a divulgar um documento exigindo a renúncia de Milosevic porque "não resolveu a situação trágica de Kosovo e colocou o país à beira da guerra civil".

Em Kosovo o dirigente sérvio Tomislav Sekulic saudou a intervenção militar na região, dizendo que "o Exército não está aqui para pisar-nos com suas botas, mas para garantir a paz e a segurança"...

E o ódio aos albaneses semeado por Milosevic vai multiplicando suas vítimas. Na cidade de Kragujevic, um sérvio matou uma albanesa e seu filho após uma discussão num supermercado, alegando que os albaneses "disputam as mercadorias com os sérvios".

Diante das hostilidades que estão sofrendo, os albaneses-kosovares realizaram uma manifestação diante da sede da ONU na Iugoslávia exigindo o respeito aos direitos humanos. Leia nesta página a posição da Albânia sobre os incidentes na Iugoslávia, e também a coluna "Consciência Socialista", na página 16).



Tanque iugoslavo em Pristina, a capital da Região Autônoma de Kosovo

Opressão em Kosovo é consequência do ultranacionalismo

Declaração da Agência Telegráfica Albanesa — ATA-24/2/89.

Os recentes e perigosos acontecimentos na província de Kosovo, na Iugoslávia, aumentaram a preocupação do governo e do povo albanês com o destino dos albaneses que vivem nesse país e com a criação de uma grave situação na federação iugoslava e em toda a região dos Balcãs.

Estes acontecimentos são fruto de uma política de curta visão que ademais não tem em conta os ensinamentos da trágica história dos povos da Iugoslávia nem o processo democrático de emancipação nacional, social e humana. É a consequência de uma política ultranacionalista que intenta resolver os problemas apelando à força.

As greves e os protestos dos albaneses em Kosovo são

uma resposta a essa política, contra a antiga opressão nacional, contra uma perpétua discriminação e sobretudo contra uma perspectiva que conduz a que estes albaneses terminem sendo considerados cidadãos de segunda categoria, a quem se pode ofender, castigar, expulsar do país e até assassinar.

Os males ocorrem porque as autoridades iugoslavas — que têm em suas mãos o destino do país — não desejam raciocinar com serenidade e objetividade e assim solucionar os problemas atuais de Kosovo à base dos princípios de igualdade das nações, que supostamente também existem nas leis iugoslavas.

O sistema estatal federativo iugoslavo tomou forma na reunião de Avnoï em

1943, no ponto culminante da luta de libertação dos povos da Iugoslávia, quando se sacudiu o jugo da monarquia sérvia.

A abrogação da autonomia de Kosovo, mediante a perseguição e a força do nacionalismo sérvio, levam a esquecer os ideais pelos quais deram a vida e fizeram sacrifícios todos os povos da Iugoslávia, incluído o albanês.

A destruição da autonomia de Kosovo implica o aumento da inimizade entre os povos da Iugoslávia. O futuro de Kosovo está relacionado com o futuro de todas as nações e povos da Iugoslávia.

Gostaríamos e esperamos que nem os albaneses da Iugoslávia e nenhum outro povo desse país sofram estas al-

ternativas. Segundo nosso conceito, tanto no passado como agora, o respeito aos direitos nacionais, democráticos e sociais, o progresso econômico e cultural, a igualdade e o respeito mútuo entre esses povos, a colaboração e a coexistência civilizada, representam os fatores de estabilidade da Iugoslávia, nos quais também estamos interessados.

Partindo desta posição, temos denunciado e denunciaremos publicamente a política chauvinista praticada contra os albaneses em Kosovo, assim como a campanha anti-albanesa que tem lugar na Iugoslávia, campanha que atenta contra os direitos humanos.

Não é somente o povo albanês que deve lutar pelos direitos humanos dos albaneses na Iugoslávia. Esta é também uma tarefa para aqueles que amam a Iugoslávia e desejam sua estabilidade. Será pouco astuto aquele que pense que a Iugoslávia vai escapar de sua crise aplicando como sistema a opressão nacional.

A defesa dos direitos nacionais e democráticos na Iugoslávia, incluindo os albaneses, deve ser feita também

pelos que desejam que nos Balcãs se viva em liberdade, paz e segurança. Que a colaboração sincera entre os Estados possa transformar-se num processo progressista na Europa e no mundo. Esta será uma prova importante para todos os defensores dos direitos do homem, o pluralismo e a democracia. Fora dos marcos dos direitos nacionais não podem existir nem democracia nem pluralismo, nem tampouco os direitos do homem.

Os acontecimentos em Kosovo podem incentivar os provocadores interessados em utilizar a força e o terror contra os albaneses. Isto não deve ser permitido porque terá consequências graves não só para a população albanesa, mas também para os povos da Iugoslávia e fora dela.

Os problemas em Kosovo são muitos e graves. A razão aconselha que sejam solucionados com sangue frio e serenidade. Mas o que aparece na Iugoslávia é que as posições nacionalistas superam a razão. O mal é que buscam a solução dos problemas de Kosovo sem a participação dos albaneses, contra seus interesses. Isto é insuperável, ninguém pode aventurar uma saída.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Gracioso

A Venezuela em pé de guerra

Carlos Pompe

Mais de mil mortos, segundo levantamento da imprensa local, e cerca de 5 mil feridos. Foi o resultado da repressão do governo recém-eleito de Carlos Andrés Pérez às manifestações populares contra as medidas econômicas decretadas no final de fevereiro.

Eleito em dezembro de 1988 com 54% dos votos e empossado em 2 de fevereiro numa cerimônia que contou inclusive com a presença do cubano Fidel Castro, Pérez não levou um mês para impor o receituário do FMI à economia do país. Traíndo as promessas eleitorais, cortou os subsídios

aos preços de alimentos, aumentou os combustíveis em 90% e as tarifas do transporte coletivo em 30%.

Foi jutamente contra isso que o povo havia votado nas eleições presidenciais de dezembro, sufragando Andrés Pérez. Sentindo-se golpeado pelas costas, a população levantou-se em protestos nas ruas de Caracas, a capital, e em outras 15 cidades. Ônibus e carros da polícia foram incendiados. Padarias e supermercados foram invadidos pela população faminta.

A atitude do governo foi mais uma demonstração da fa-

lência das oligarquias diante da crise capitalista nos países dependentes. Pérez decretou o toque de recolher, ordenou que o Exército atacasse a população e responsabilizou "marginais comuns com fantasmas de subversão" pela revolta popular. Depois fez as declarações. "Não vou ofender minha inteligência e nem a de ninguém tentando atribuir o que ocorreu a grupos subversivos. Aqui houve uma revolta popular motivada pela deterioração das condições de vida do povo", afirmou. Mas manteve as medidas econômicas do FMI ("são a única saída para a crise", disse) e o Exército continuou a trocar tiros com a população, enquanto a polícia política invadia casas para prender populares.

rar os 70%. Segundo o Ministério da Família, metade dos 20 milhões de habitantes do país vivem "em estado de extrema pobreza."

O discurso mudou

O presidente Andrés Pérez, que antes de ser eleito afirmava que o "FMI é uma bomba matadora de gente", após a posse mudou a oratória. Agora diz que as regras do FMI são "a única saída" e que o povo é preguiçoso e consumista, carecendo de uma "mudança cultural"...

A revolta popular direciona-

se contra o governo recém-empossado. Pérez está optando por pagar a dívida externa e não mexer com os interesses dos magnatas locais, que têm cerca de 30 bilhões de dólares depositados em bancos estrangeiros. Desiludido com a troca de governantes que não leva a mudanças na política econômica antioperária espoliadora do país, o povo venezuelano rebelou-se contra o poder constituído. As massas populares vão aprendendo, com sua própria experiência, os caminhos para a derrocada do sistema opressor. De maneira diversificada, vão abordando a revolução.

Foto: Arquivo

Condenação de Otelo foi inconstitucional

O Tribunal Constitucional de Portugal declarou inconstitucional o artigo 665 do Código do Processo Penal de 1929, pelo qual foi condenado Otelo Saraiva de Carvalho, um dos líderes da Revolução dos Cravos de 1974. Com isso, Otelo, que está preso há 5 anos sob a acusação de "terrorismo", deverá ter novo julgamento.

O Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal denunciou que a declaração de inconstitucionalidade do artigo 665 "põe a nu a cabala política, urdida pela direita e círculos militares mais reacionários, contra Otelo e contra as lutas dos próprios trabalhadores".

Após tomar conhecimento da decisão do Tribunal Constitucional de Portugal, Otelo Saraiva reafirmou que condena o terrorismo: "Condeno totalmente. A bomba, que é colocada num local público que pode ferir ou matar inocentes, representa para mim um ato repugnante. Condeno os ataques bombistas em aviões e tudo mais." E acrescentou: "Embora eu tenha advogado a necessidade de violência em casos específicos,

nunca fui apologista daquilo a que normalmente se chama terrorismo."

Sobre a possibilidade de ser libertado, afirmou: "A anistia faz parte da competência política e legislativa da Assembleia da República. Seria uma medida política aceitável, se estivesse a todos os que estão detidos nas mesmas circunstâncias em que eu estou."

Foto: Arquivo



Otelo Saraiva está preso há 5 anos

Desastre ecológico nos Estados Unidos

Quatro vagões-tanque, contendo butano, explodiram na noite de 26 de fevereiro, em Akron, Ohio, Estados Unidos. A explosão foi decorrência do descarrilamento de um trem de carga com 21 vagões. Cerca de 2 mil pessoas que vivem num raio de 800 metros do local da explosão foram retiradas às pressas e uma nuvem de fumaça tóxica espalhou-se pela cidade. O depósito de uma fá-

brica de produtos químicos, a 200 metros do local da explosão, incendiou-se devido ao calor dissipado.

O acidente ocorre no momento em que organismos do governo norte-americano lançam-se numa campanha pela "internacionalização" da Amazônia brasileira a pretexto de defesa do meio ambiente. Casa de ferreiro, espeto de pau...

Povo massacrado

O jornal "El Nuevo País" fez um levantamento em hospitais de Caracas e cidades vizinhas e contou mais de mil mortos pela repressão. O professor Simon Sañaz Merida, da Universidade Central da Venezuela, em Caracas, denunciou que mais de 200 alunos foram presos e que "a Dissip (polícia política local) procura os estudantes não para prendê-los, mas para assassiná-los". Jornalistas presenciaram pelo menos 250 populares não identificados sendo enterados em valas comuns.

Por trás dessa realidade sangrenta está o pagamento da dívida externa e a manutenção da brutal desigualdade social no país. A Venezuela ostenta a quarta dívida externa da América Latina, de 35 bilhões de dólares. Perde apenas para o Brasil, Argentina e México. Seu pagamento consumiu, no ano passado, 55% das exportações. A inflação alcançou 35%, e a deste ano deve supe-



Corpos de populares assassinados pelas tropas do Exército venezuelano: tudo para garantir os ditames do FMI

Repúdio ao gal. Stroessner

A presença do ditador deposto do Paraguai, general Alfredo Stroessner, no Brasil continua gerando protestos. Em São Paulo, a Câmara Municipal aprovou proposta do vereador metalúrgico Vital Nolasco, PCdoB, repudiando o asilo concedido por Sarney "a quem perseguiu, torturou, matou e expulsou da pátria paraguaia milhares de democratas sinceros, cidadãos paraguaios do mais alto quilate, durante os 35 anos de arbítrio militar".

Segundo a moção apresentada pelo vereador comunista, o "governo brasileiro, ao conceder asilo a Stroessner, mesmo que provisório, desrespeita o sentimento popular que derrotou o regime militar em 85. A aliança política vitoriosa na-

quele momento tinha em seus propósitos a democratização do país e a remoção de todos os ranços de 20 anos do fascismo tupiniquim. Entendemos, dessa forma, que a presença daquele general em nosso país representa uma afronta à dignidade de todos os brasileiros inimigos da barbárie fascista".

Posição catarinense

Também a Câmara de Florianópolis, capital de Santa Catarina, repudiou a concessão de asilo ao general Stroessner. A moção de repúdio foi apresentada pelo vereador João Ghizoni, do PCdoB. Diz a moção:

"É de conhecimento de todos a ocorrência de um golpe

militar no Paraguai, que depôs do poder, após 34 anos de ditadura sangrenta, o todo poderoso Alfredo Stroessner, conforme constantes notícias veiculadas nos meios de comunicação."

"Era fato marcante a ausência de liberdade e de democracia no país vizinho, durante a vigência da ditadura de Stroessner e a constante violação dos direitos humanos, com perseguição política, prisões, torturas e assassinatos de opositores ao seu regime político, mantido por tantos anos com mão de ferro." Adiante a moção manifesta o "mais firme repúdio ao asilo concedido ao ditador Alfredo Stroessner" e manifesta-se "contra a permanência do mesmo no Brasil".

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Viva Patativa poetativa

Oswald Barroso*

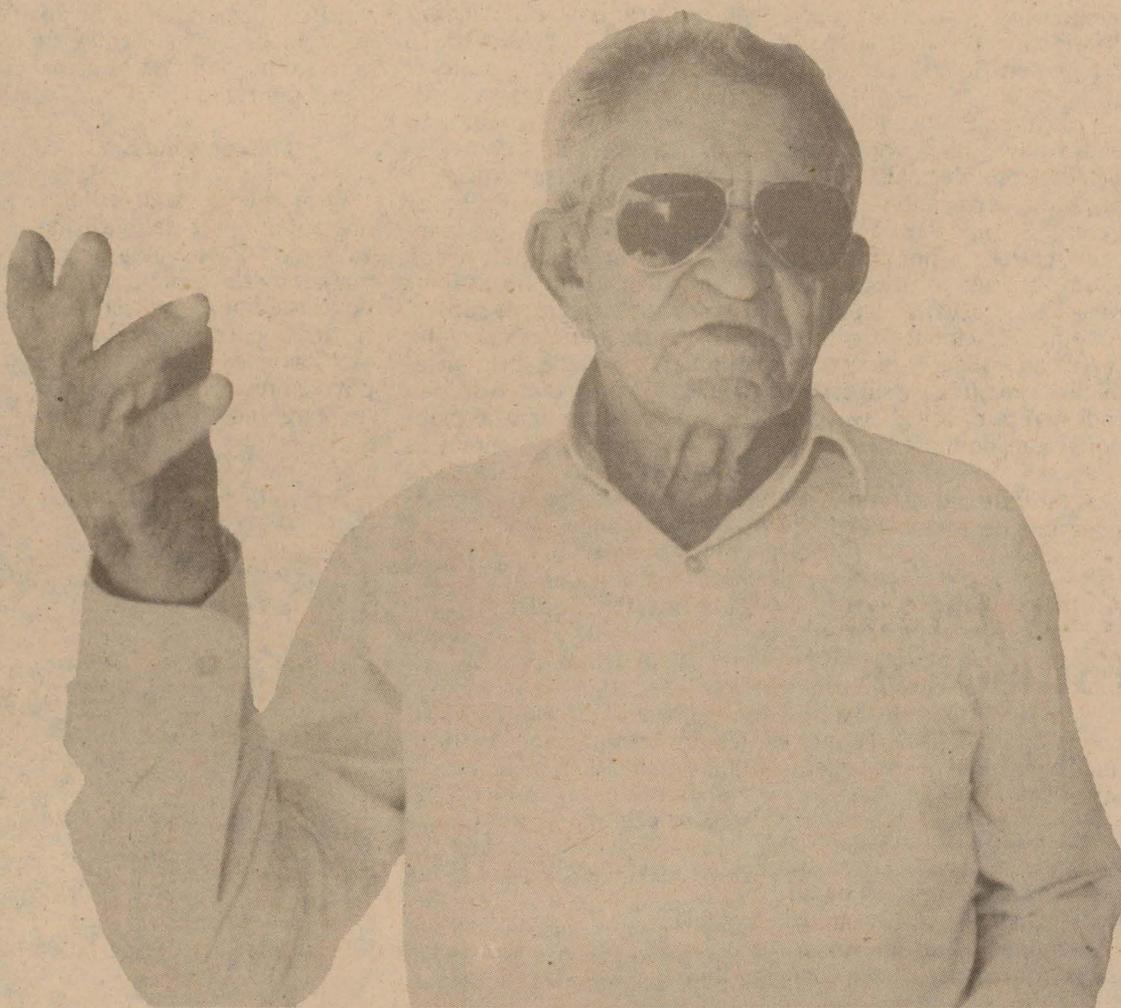
No dia 5 de março o poeta Patativa do Assaré completou 80 anos de idade. No Ceará, em especial na região do Cariri e na cidade de Assaré, onde ele vive, está sendo realizada extensa programação comemorativa. A Classe Operária une-se às homenagens ao grande artista popular.

Muitos artistas conseguem com talento dominar os segredos de sua arte e elaborar uma obra bela e original. Revelam dimensões imperceptíveis, por outros meios, das relações humanas. Criam e utilizam signos de maneiras inusitadas, que nos ajudam a perscrutar os caminhos do futuro. Anima o cérebro e os sentidos de homens e mulheres, trabalhando a emancipação de suas consciências. São por certo criadores da maior valia para a construção do destino dos povos: a felicidade.

Poucos artistas, porém, alcançam a dimensão mais alta da arte, a de ser expressão viva de uma coletividade, alma recriada de uma época. Tal raridade se dá por tão destacada dimensão não ser consequência apenas de méritos pessoais, porém de um conjunto de injunções sociais e culturais diversas, que se entrecruzam para gerar os gênios.

Patativa é um desses momentos raros na arte brasileira. Numa sociedade dominada por valores mercantilistas exacerbados, onde o objeto artístico é medido pelo valor de troca e a poesia é produto de baixa cotação no mercado, Patativa consegue se impor à indiferença institucionalizada e fazer de sua poesia algo tão próximo do povo, que se confunde com seu próprio folclore.

Pequeno é o número de artistas e menor ainda o de poetas que alcançam prender audiências de dezenas de milhares de pessoas horas seguidas com sua presença. Para obter tal feito, quase todos precisam lançar mão de uma infinidade de recursos outros e equipamentos diversos. Patativa o consegue apenas com a limpeza de seus versos enxutos, ditos por um homem velho e quase cego, mas com um poder



extraordinário de infundir emoção.

Múltiplos são os artistas que aliam ao talento, senso profissional, e durante longas horas exercitam diariamente seu ofício. Patativa vive o seu. Nele a poesia é algo tão natural e intermitente como trabalhar, conversar, comer, viajar, pensar, imaginar, respeitar ou outro qualquer desses atos simples do cotidiano. A poesia é toda sua vida. Seu raciocínio e seus sentimentos chegam na forma de imagens, ritmos, versos e estrofes, depois é que ele os traduz na linguagem cifrada da convivência social. E o faz com muito êxito, pois sua prosa é quase poesia.

Poesia viva

Como o boi que ruma o alimento na sua própria boca e por demorado tempo trabalha sua digestão antes de engolir, em sua mente radiosa, como chamou outro poeta, Patativa elabora longamente seus melhores poemas antes que se encarnem em som, por obra de sua voz incansável. E o faz no papel sem preço de sua memória prodigiosa, cortando versos, emendando palavras, retocando as paredes de sua obra com a maestria de um pedreiro de poemas. Mas outras vezes a poesia imprevisível se derrama sem que o poeta possa domá-la e o improvisado toma tantas formas quantas existem na expressão humana. Troça como brincadeira ou puro jogo de sentidos, fala sério como um filósofo, exaltado como um panfletário, ou terno como um avô ante as travessuras do neto.

E tal é a intimidade do povo com a poesia de Patativa, que ele se dá a liberdade de criá-la junto com o poeta. Não foi uma vez só que algum homem simples, abordando Patativa na rua, o surpreendeu completando versos já esquecidos pelo poeta. Novas palavras não registradas pelo gravador embutido em sua cabeça, que guarda poemas em número várias vezes maior do que os publicados por ele em livros.

E tal é a identidade do poeta com a poesia, e de tal maneira sua arte espelha a alma generosa e a consciência mais avançada do camponês nordestino, que nos 80 anos de Patativa do Assaré está de parabéns a poesia e completa tradição e memória brasileira.

* Poeta, dramaturgo e jornalista, colaborador da Classe no Ceará

O BOI ZEBU E AS FORMIGA

Um boi zebu certa vez
Moadinho de suô,
Querem sabê o que ele fez?
Temendo o calô do só
Entendeu de demorá
E uns minutos cuchilá
Na sombra de um juazêro
Que havia dentro da mata
E firmou as quatro pata
Em riba de um formiguêro.

Já se sabe que a formiga
Cumpra a sua obrigação,
Uma com outra não briga
Veve em perfeita união
Paciente trabaiando
Suas fôia carregando
Um grande inzeprô revela
Naquele seu vai e vem
E não mexe com ninguém
Sem ninguém mexê com ela.

Por isto com a chegada
Daquele grande animá
Todas ficaro zangada,
Começaro a se açanhá
E fôro se reunindo
Nas pernas do boi subindo,
Constantemente a subi,
Mas tão devagá andava
Que no começo não dava
Pra ele nada senti.

Mas porém como a formiga
Em todo canto se soca,
Dos casco até na barriga
Começou a frivoca
E no corpo se espaiando
O zebu foi se zangando
E os casco no chão batia
Mas porém não miorava,
Quanto mais coice ele dava
Mais formiga aparecia.

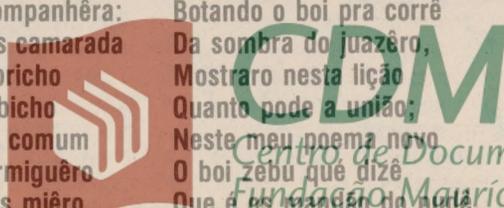
Com esta formigaria,
Tudo picando sem dó,
O lombo do boi ardia
Mais do que na luz do só
E ele zangado as patada,
Mais a força encorporada
O valentão não aguenta,
O zebu não tava bem,
Quando ele matava cem,
Chegava mais de quinhenta.

Com a feição de guerrêra
Uma formiga animada
Gritou para as companhêra:
— Vamos minhas camarada
Acabá com o capricho
Deste ignorante bicho
Com nossâ força comum
Defendendo o formiguêro
Nós sâmo muntos miêro
E este zebu é só um.

Tanta formiga chegô
Que a terra ali ficou cheia
Formiga de toda cô
Preta, amarela e vremêa
No boi zebu, se espaiando
Cutucando e pinicando
Aqui e ali tinha um móio
E ele com grande fadiga
Pruqué já tinha formiga
Até por dentro dos óio.

Com o lombo todo ardendo
Daquele grande aperreio
O zebu saiu correndo
Fungando e berrando feio
E as formiguinha inocente
Mostraro pra toda gente
Esta lição de morá
Cronta a farta de respeito
Cada um tem seu direito
Até nas lei naturá.

As formiga a defendê
Sua casa, o formiguêro,
Botando o boi pra corrê
Da sombra do juazêro,
Mostraro nesta lição
Quanto pode a união;
Neste meu poema novo
O boi zebu que dizê
Que é os mandêro de pata,
E estas formiga é o povo.



Einstein, o gênio da física

Olival Freire Jr. *

Cento e dez anos atrás, num 14 de março, nasceu um dos maiores gênios da ciência de todos os tempos, o físico alemão Albert Einstein. Antes da publicação dos trabalhos que o imortalizaram não poderia ser identificado com qualquer genialidade. Foi reprovado no primeiro vestibular para a Escola Politécnica, depois de formado não conseguiu um posto no ensino universitário e no ano de 1905 trabalhava na burocracia do Departamento de Patentes de Berna, Suíça. Neste ano publicou três trabalhos de tal repercussão que bastaria um deles para ser considerado um dos grandes físicos deste século.

O primeiro, uma explicação matemática do movimento browniano, e sua comprovação experimental por Perrin foram a pá de cal na tese que circulava nos meios científicos de então sobre a não existência dos átomos.

O segundo, uma explicação do efeito fotoelétrico, foi um passo importante para a elaboração da física atômica, a mecânica quântica. Por este trabalho e não pela teoria da relatividade ele recebeu o Prêmio Nobel de 1922.

“Eletrodinâmica dos corpos em movimento” é o título do terceiro e famoso trabalho no qual Einstein funda a teoria da relatividade. Para melhor entendermos o seu significado no conjunto da ciência voltamos um pouco no tempo. No final do século XIX todo o conhecimento da física estava enfeixado em três grandes teorias: mecânica, eletromagnetismo e a termodinâmica. Das três a mecânica era considerada a mais fundamental. Tenta-se à época, com sucesso, deduzir a termodinâmica a partir de um modelo mecânico da matéria. E tentava-se explicar certas particularidades da propagação da luz, um fenômeno eletromagnético, em termos de um meio mecânico, o éter, que permeava todo o espaço. Podemos dizer que Einstein invertiu este movimento de busca de explicações mecânicas. Apoiando-se no eletromagnetismo e enunciando dois princípios bastante gerais, deduziu uma série de consequências

que alteravam os princípios fundamentais da mecânica.

Os dois princípios enunciados são o da relatividade, que afirma que as leis físicas devem ter a mesma estrutura em todos os referenciais que tenham movimento uniforme entre si (referenciais inerciais) e o da constância da velocidade da luz. Destes dois princípios e mais as leis do eletromagnetismo, Einstein deduziu equações para transformações do tempo e do espaço e interpretou inusitadamente estas equações mostrando que tempo e espaço eram grandezas físicas que só podiam ser definidas **relativamente** aos sistemas de referências.

Ora, nos pilares da mecânica estava a afirmação de que estas grandezas eram **absolutas**, não guardavam qualquer dependência com fenômenos físicos. Para Newton, o grande físico inglês fundador da mecânica, no século XVII, “o tempo absoluto, verdadeiro e matemático, flui sempre igual por si mesmo e por sua natureza, sem relação com qualquer coisa externa” e “o espaço absoluto, por sua natureza, sem nenhuma relação com algo externo, permanece sempre semelhante e imóvel”. Esta concepção newtoniana de espaço e tempo absolutos tinham inspiração metafísica e mesmo teológica, mas serviram de fundamento à física até o surgimento da relatividade.

O ponto crucial para o entendimento do pensamento einsteiniano é a sua crítica ao conceito de simultaneidade. Antes de Einstein a física admitia possibilidade de fenômenos que se propagassem instantaneamente com velocidade infinita. O caso da força de gravidade era o mais típico. Ele formula então um princípio proibitivo: a máxima velocidade de propagação de qualquer fenômeno físico é a velocidade da luz. A simultaneidade de dois eventos, tida como absoluta, passa então a ser relativa. Dois eventos simultâneos para um observador, não serão para outro que esteja em movimento relativo ao primeiro.

Logo depois Einstein escreveu outro artigo tirando mais consequências da teoria da relatividade. A principal delas foi a unificação da massa numa lei da conservação e transformação da energia e da con-

servação da lei. Isto é o que significa a famosa equação $E=mc^2$; a **massa** inercial de um corpo deve ser entendida como uma medida de sua **energia**.

A teoria elaborada por Einstein em 1905 é hoje conhecida por relatividade **especial** para estabelecer uma distinção com a relatividade **geral** elaborada no período que vai até 1916. Nesta teoria o físico alemão faz uma crítica da gravitação newtoniana, reelaborando-a. Generaliza o princípio da relatividade para quaisquer referenciais e não só para aqueles que tenham movimento uniforme entre si e estabelece uma equivalência entre efeitos gravitacionais e movimento acelerado. A relatividade geral tem um efeito ainda mais revolucionário nos conceitos de espaço e tempo: eles passam a depender não só do movimento, mas da própria distribuição das massas.

O estatuto científico das duas teorias não é, entretanto, idêntico. A relatividade especial tem uma base de comprovação experimental maior e não guarda contradição evidente com a outra teoria física fundamental elaborada neste século, a teoria quântica. Já do conflito entre a relatividade geral e a teoria quântica espera-se que sua superação leve a mudanças significativas na relatividade geral.

De todo modo, não se pode compreender a ciência e a técnica do nosso tempo sem levar em conta estas duas teorias. O conhecimento atual sobre o átomo tem por base a relatividade

especial e a teoria quântica. E as modernas astronomia e cosmologia têm por teoria a relatividade geral.

O significado filosófico destas teorias também é imenso. No início do século as dificuldades técnicas para a medida da massa de partículas atômicas levaram físicos idealistas a afirmarem: “a matéria desapareceu!”. Lênin, no terreno filosófico, respondeu em 1909: “a única ‘propriedade’ da matéria, que o materialismo filosófico reconhece, é a de ser uma realidade objetiva, de existir fora da nossa consciência”. A relatividade, no terreno científico, com a identidade entre massa e energia, afirma: mesmo um fenômeno sem massa, no sentido clássico, como a radiação luminosa, é algo tão material quanto o objeto macroscópico, uma cadeira, por exemplo. Por outro lado, quando a relatividade afirma que as propriedades do espaço e do tempo dependem do movimento e da distribuição das massas, estamos diante de uma brilhante concretização da tese materialista de que “espaço e tempo são formas objetivas e reais da existência”. Sendo uma realidade objetiva, tempo e espaço não são, portanto, coisas absolutas, mas condicionadas por vínculos materiais, a exemplo destes revelados pela teoria da relatividade.

A apreciação do papel da obra einsteiniana no desenvolvimento do nosso patrimônio cultural não deve diminuir a dimensão humana que constitui sua vida. Homem de firmes

convicções democráticas, de vasta cultura e de forte sensibilidade musical. Não tinha qualquer ambição material; quando foi trabalhar, em 1933, no Instituto de Estudos Avançados, em Princeton nos EUA, fugindo à perseguição nazista, solicitou um modesto salário de 3.000 dólares ao ano. A direção do Instituto recusou e fixou em 16.000 dólares anuais. Quando da morte de Weizmann, o governo de Israel ofereceu-lhe a presidência daquele Estado. Ele recusou.

Mesmo o exame da obra científica de Einstein revela que os gênios são humanos, podendo cometer equívocos. Ao trabalhar com as equações da relatividade geral ficou horrorizado ao descobrir que elas previam a expansão do universo. Como acreditava num universo estacionário, “corrigiu” as equações introduzindo um novo termo para anular a expansão e restaurar a estabilidade. Anos depois reconheceu o erro e passou a referir-se a esta correção como o maior erro científico que cometera. Quando da elaboração da teoria quântica, na década de vinte, ele discordou da natureza probabilística desta teoria e passou a considerá-la provisória, liderando uma espécie de “oposição” à nova teoria. Neste caso, entretanto, ele morreu convicto de suas opiniões.

* Professor do Instituto de Física da UFBA e pós-graduando da USP.



Um cientista com firmes convicções democráticas e sensibilidade musical

Albert Einstein

Por que o socialismo?

Em 1954, Albert Einstein (biografia na página 23) publicou o livro "Idéias e Opiniões", de onde extraímos este artigo onde o físico e pensador oborda seu posicionamento diante do capitalismo e do socialismo. O artigo não é publicado na íntegra devido à sua extensão. Embora não fosse marxista, Einstein via no socialismo o sistema social capaz de garantir um futuro feliz para a humanidade.

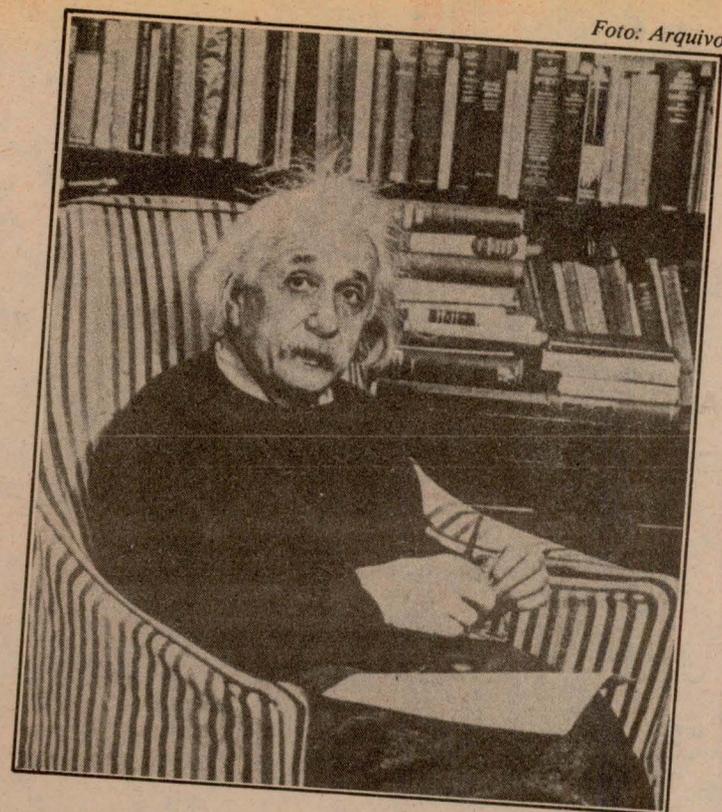


Foto: Arquivo

É aconselhável para um leigo em assuntos econômicos e sociais expressar seus pontos de vista sobre o socialismo? Acredito que sim, por várias razões.

A tradição do passado

Antes de mais nada, consideramos a questão do ponto de vista do conhecimento científico. Pode parecer que não há diferenças metodológicas importantes entre Astronomia e Economia: os cientistas de ambos os campos procuram descobrir leis de aceitabilidade geral para um grupo circunscrito de fenômenos a fim de encontrar a interconexão destes fenômenos da forma mais inteligível e clara possível. Entretanto, essas diferenças metodológicas existem na realidade. A descoberta de leis gerais no campo da economia torna-se difícil, na medida em que o fenômeno econômico observado às vezes é afetado por muitos fatores difíceis de serem avaliados separadamente. Além disso, a experiência acumulada desde o princípio do chamado período civilizado da História humana tem sido — como bem se sabe — amplamente influenciada e limitada por causas que em nenhum caso são de natureza exclusivamente econômica. Por exemplo, a maioria dos mais poderosos Estados da História deve sua existência a conquistas. Os próprios povos conquistadores estabeleceram-se legal e economicamente como a classe privilegiada dos povos conquistados. (...)

No entanto, a tradição histórica faz parte, por assim dizer, do passado; realmente não superamos, em nenhum lugar, o que Thorstein Veblen chamou de "a fase predatória" do desenvolvimento humano. Os fatos econômicos observáveis pertencem a essa fase e as leis que podem ser deduzidas deles não são aplicáveis a outras fases. Já que o propósito do socialismo é exatamente ultrapassar e ir mais além da fase predatória do desenvolvimento humano, a ciência econômica em seu atual estado pode lançar uma pequena luz sobre a sociedade socialista do futuro.

Por outro lado, o socialismo está

voltado para um fim socio-ético. Sem dúvida, a ciência não pode criar objetivos e menos ainda estabelecê-los nos seres humanos; pode, no máximo, fornecer os meios para alcançar certos fins. Entretanto, os fins em si mesmos são concebidos por personalidades com elevados ideais éticos e se esses fins não nasceram mortos, e sim vitais e vigorosos — são adotados e levados adiante por esse grande número de seres humanos que, de forma parcial, inconscientemente, determina a lenta evolução da sociedade.

Por estas razões, deveríamos estar atentos para não subestimar a ciência nem os métodos científicos quando se trata de problemas humanos e não deveríamos aceitar que os especialistas sejam os únicos a ter o direito de se expressar sobre questões que dizem respeito à organização.

Indivíduo e sociedade

O homem é, ao mesmo tempo, um ser solitário e um ser social. Como ser solitário, procura proteger sua própria existência e a dos que estão mais próximos dele, para satisfazer seus desejos pessoais e para desenvolver suas habilidades inatas. Como ser social, procura ganhar o reconhecimento e afeto dos outros seres humanos, participar dos seus prazeres, confortá-los nos seus sofrimentos e melhorar suas condições de vida. Apenas a existência destes diversos e, freqüentemente, conflitivos esforços explica o caráter especial do homem e numa combinação específica determina a *extensão na qual* pode conseguir um equilíbrio interno e contribuir para o bem-estar da sociedade. (...) O indivíduo pode pensar, sentir, lutar e trabalhar por si mesmo, mas depende tanto da sociedade — na sua existência física, intelectual e emocional —, que é impossível pensar nele ou compreendê-lo fora da estrutura da sociedade. É a sua "sociedade" que fornece casa, comida, roupas, ferramentas de trabalho, linguagem, as formas de pensamento e a maior parte do conteúdo do mesmo; sua vida deve-se ao trabalho e aos talentos de muitos milhões de seres

passados e presentes, escondidos atrás da pequena palavra "sociedade".

Ao contrário das formigas

Dessa forma, é evidente que a dependência do indivíduo para com a sociedade é um fato da natureza que não pode ser abolido, como no caso das formigas e das abelhas. Realmente, enquanto o processo total da vida das formigas e das abelhas está determinado até o último detalhe pelos instintos hereditários rígidos, o modelo social e as inter-relações dos seres humanos são variáveis e suscetíveis de mudança. A memória e a capacidade de fazer novas combinações, o dom da comunicação oral tornaram possíveis desenvolvimentos entre seres humanos que não são ditados por necessidades biológicas. Esses desenvolvimentos manifestam-se através de tradições, instituições e organizações, na Literatura, em realizações científicas e de Engenharia, em obras de arte. Isso explica porque, num certo sentido, um homem pode influir em sua vida através da sua própria conduta e como o pensamento e o desejo conscientes podem desempenhar um papel neste processo. (...)

A fonte do mal

Cheguei ao ponto onde quero indicar brevemente qual é, para mim, a essência da crise do nosso tempo: a relação dos indivíduos com a sociedade. O indivíduo tornou-se mais consciente do que nunca da sua dependência da sociedade. Entretanto, ele não vivencia essa dependência como um valor positivo, como um laço orgânico, mas, pelo contrário, como uma ameaça aos seus direitos naturais ou mesmo à sua existência econômica. Além disso, sua posição na sociedade é tal que as direções egoístas da sua constituição estão se acentuando constantemente, ao passo que as suas direções sociais, que por sua natureza são mais sábias, se deterioram progressivamente. Todos os seres humanos, independentemente da sua posição na sociedade, estão sofrendo deste processo de deterioração. Prisioneiros

sem sabê-lo de seu próprio egoísmo, sentem-se inseguros, sós e desprovidos das ingênuas, simples e tolas alegrias da vida. O homem pode encontrar significado na vida, curta e perigosa como ela é, apenas dedicando-se à sociedade.

A anarquia econômica da sociedade capitalista, tal como existe hoje, é, na minha opinião, a fonte real do mal. Vemos ante nós uma enorme quantidade de produtores, cujos membros lutam incessantemente entre si para munir-se dos frutos do seu trabalho coletivo — não através da força, mas de acordo com as regras legalmente estabelecidas. Neste sentido, é importante perceber que os meios de produção — isto é, a capacidade produtiva total necessária para produzir bens de consumo, assim como bens de capital adicionais — podem legalmente ser, e a maior parte é, propriedade privada de indivíduos. (...)

Os princípios do capitalismo

A produção é orientada para o lucro, não para o uso. Nada garante que todos aqueles indivíduos capazes e desejosos de trabalhar terão sempre condições de encontrar emprego; há quase permanentemente um "exército de desempregados". O trabalhador está constantemente temeroso de perder o seu trabalho. (...)

Estou convencido de que há apenas uma forma de eliminar estes grandes males, que é o estabelecimento de uma economia socialista, aliada a um sistema educacional orientado para metas sociais. Nessa economia, os meios de produção são propriedades da sociedade e utilizados de forma planejada. Uma economia planejada, que ajusta sua produção às necessidades da comunidade, distribuiria o trabalho de tal forma que todos poderiam trabalhar, e garantiria uma vida para cada homem, mulher e criança. A educação do indivíduo, além de estimular suas próprias habilidades inatas, procuraria desenvolver nele o espírito de documentação e memória para o próximo, em vez de incentivar a glorificação do poder e do êxito como acontece em nossa atual sociedade.